

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Regina Paula Oliveira Lopes

**REFLEXOS DA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE
PONTALINA E SEUS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO**

Taubaté – SP

2017

Regina Paula Oliveira Lopes

**REFLEXOS DA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE
PONTALINA E SEUS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Planejamento e
Desenvolvimento Regional do Departamento
de Gestão e Negócios da Universidade de
Taubaté

Área de Concentração: Planejamento e
Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof.^a. Dra. Marilsa de Sá
Rodrigues

Coorientadora: Prof.^a. Dra. Marcela Barbosa
de Moraes

Taubaté – SP

2017

Regina Paula Oliveira Lopes

**REFLEXOS DA AGLOMERAÇÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE PONTALINA E
SEUS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marilsa de Sá Rodrigues

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof.^a Dr.^a Marcela Barbosa de Moraes

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof.^a Dr.^a Quésia Postigo Kamimura

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof.^a Dr.^a Roberta Manfron de Paula

UNA – Pouso Alegre

Assinatura _____

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar os indicadores socioeconômicos (emprego, renda, educação e saúde) da aglomeração produtiva no município de Pontalina (GO). Para tanto, foi feito um estudo das aglomerações produtivas avaliando os indicadores socioeconômicos e a percepção da sua influência nos aspectos sociais, como emprego e renda, apresentando ainda a distinção entre desenvolvimento e crescimento. Para a obtenção dos dados foram consultados os indicadores IDH, IFDM e o índice Gini no período de 2005 a 2015. A pesquisa utiliza fontes documentais. Os indicadores comprovados pelo índice Gini foram tratados de forma quantitativa, comparando-os por meio de estatística simples e interpretação qualitativa. A partir dos dados coletados construiu-se uma análise baseada nos objetivos pretendidos. Os dados coletados e confrontados com o referencial teórico apontam que o setor de confecção é constituído por uma aglomeração de empresas em seu estágio inicial de interação, com grande potencial de tornar-se um APL. Para melhor compreensão acerca do tema buscou-se caracterizar as tipologias apresentadas na literatura. Os resultados encontrados sugerem que ocorreu desenvolvimento local ocasionado pela melhoria dos indicadores socioeconômicos da população de Pontalina (GO), em especial no que se refere ao aumento do número de empregos e renda, redução de pessoas pobres, aumento da população atendida com água encanada, atendimento de quase toda a população com energia elétrica e coleta de lixo. Os argumentos para tal afirmação têm suporte nas teorias apresentadas no estudo.

Palavras-chave: Planejamento. Desenvolvimento Regional. Aspectos Socioeconômicos. Pequenas Indústrias.

ABSTRACT

REFLECTIONS OF THE IMPLEMENTATION OF SMALL INDUSTRIES IN THE MUNICIPALITY OF PONTALINA AND ITS DEVELOPMENT INDICATORS

The present study aims to analyze the socioeconomic indicators (employment, income, education and health) of the productive agglomeration in the municipality of Pontalina in the State of Goiás - Brazil. For that, a study was carried out on productive agglomerations, evaluating the socioeconomic indicators and the perception of the influence of the social aspects as employment and income of the object city in study, also presenting the distinction between development and growth. In order to obtain the data, the indicators of HDI, IFDM and Gini index were consulted in the period from 2005 to 2015. The research uses documentary sources and data, verified through the Gini index, indicators of Human Development Index and FIRJAN Development Index. Were treated in a quantitative manner by comparing indices using simple statistics and the interpretation was qualitative. From the data collected, the analysis was constructed, based on the intended objectives. The analysis of the data collected and confronted with the theoretical reference point indicates that the clothing sector deals with agglomeration of companies in their initial stage of interaction with great potential to become an APL. For a better understanding about the theme, we sought to characterize the typologies presented in the literature. The results suggest that local development occurred due to the improvement of the socioeconomic indicators of the population of Pontalina (GO), especially in relation to the increase in the number of jobs and income, reduction of poor people, increase in the population served with piped water, service almost all of the population of electric power and garbage collection. The arguments for such an assertion are supported by the theories presented in the study.

Keywords: Planning. Regional development. Socioeconomic Aspects. Small Enterprises.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa político do estado de Goiás – destaque para o município de Pontalina.....	32
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Censitária de 2000 a 2010	39
Tabela 2 – Domicílios particulares – 2005 a 2015	40
Tabela 3 – Dados sobre emprego e renda entre 2005 a 2015	40
Tabela 4 – Emprego CAGED - 2000 a 2015	42
Tabela 5 – Valor do salário mínimo oficial em reais – Brasil 2005 a 2015.....	43
Tabela 6 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> – R\$ Pontalina.....	43
Tabela 7 – Arrecadação de ICMS – R\$ mil – 2005 a 2015 – Pontalina.....	44
Tabela 7 A – Arrecadação de ICMS – comércio varejista e atacadista de Pontalina.	44
Tabela 7 B – Arrecadação de ICMS – produção agropecuária.....	44
Tabela 8 – ICMS – valores repassados ao Município – R\$ mil 2005 a 2015.....	44
Tabela 9 – Receitas Municipais – R\$ mil 2005 a 2015.....	45
Tabela 10 – Despesas Municipais – R\$ mil 2005 a 2015.....	46
Tabela 11 – Abastecimento de água de 2005 a 2015.....	46
Tabela 12 – Atendimento de esgoto de 2005 a 2015.....	47
Tabela 13 – Energia Elétrica – consumidores de Pontalina – 2005 a 2015.....	47
Tabela 14 – Indicadores de Habitação 2000 a 2010.....	48
Tabela 15 – Taxa de alfabetização 2000 a 2010.....	49
Tabela 16 – Matrículas no município 2005 a 2014.....	50
Tabela 17 – Estabelecimentos de ensino e salas de aula 2005 a 2015.....	51
Tabela 18 – Estabelecimentos e leitos hospitalares 2005 a 2015.....	51
Tabela 19 – Longevidade, mortalidade e fecundidade 2000 a 2010.....	52
Tabela 20 – IDH – 2000 a 2010	53
Tabela 21 – Número de empresas, pessoal ocupado, pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e número de empresas atuantes de 2006 a 2013..	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
ACIAP	Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Pontalina
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IPM	Índice de Participação dos Municípios
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SEFAZ/GO	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	PROBLEMA.....	11
1.2	Objetivos.....	12
1.2.1	Objetivo geral.....	12
1.2.2	Objetivos específicos.....	12
1.3	Delimitação do Estudo.....	12
1.4	Relevância do Estudo.....	13
1.5	Organização do Estudo.....	14
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	15
2.1	Aspectos Conceituais de Crescimento e Desenvolvimento Regional.....	15
2.2	Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento.....	18
2.3	Aglomerações Produtivas.....	24
2.4	Elementos para caracterização das aglomerações produtivas.....	25
2.5	Arranjo Produtivo Local x Aglomerações Produtivas.....	26
3	METODOLOGIA.....	30
3.1	Caracterização da pesquisa.....	30
3.2	Área de Realização.....	31
3.2.1	Contextualização do município de Pontalina-GO.....	31
3.3	Coleta e Tratamento de Dados.....	33
3.4	Procedimentos da Análise Documental.....	34
3.5	Procedimento de Análise de Dados.....	34
4	RESULTADOS e DISCUSSÃO.....	36
4.1	Dados Econômicos e Sociais do Município de Pontalina (GO).....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	60
	Anexo A - Placa de inauguração do APL de Pontalina (GO).....	64
	Anexo B -Instalações do APL - Parte da Frente.....	69
	Anexo C - Alunos do curso de modelagem e corte e costura	72
	Anexo D - Máquinas de costura doadas pelo Estado de Goiás	75

1. INTRODUÇÃO

A globalização da economia, com a queda das barreiras comerciais e a abertura dos mercados nacionais, tem produzido forte consequência nas estruturas de produção locais, gerando ameaças e oportunidades para as pequenas e médias empresas, exigindo estratégias para inserção na nova economia.

Os aglomerados produtivos, considerando suas diferentes tipologias e o desenvolvimento regional, tornam-se temas intimamente relacionados. Políticas de fomento a micro e pequenas empresas têm seus resultados potencializados quando direcionadas a materializar expectativas de grupos com necessidades complementares.

Isso por que a capacidade em oferecer um produto inovador, com um menor custo de produção e em larga escala, está atrelada à complementação dos objetivos que cada participante de um arranjo busca atingir (TAVARES; CASTRO, 2014).

As aglomerações de empresas são baseadas na cooperação mútua e compreendem formas de organização que produzem economias externas. Em regra, baseiam-se na necessidade de estarem em constante competição e superação de crises no sistema financeiro mundial.

Zambrana e Teixeira (2017, *apud* MCCAN e FOLTA, 2009) informam que nos últimos vinte anos a atenção sobre o potencial de empresas aglomeradas geograficamente tem aumentado de maneira drástica. Os mesmos autores ainda descrevem que enquanto as primeiras pesquisas foram realizadas de forma predominante por estudiosos de desenvolvimento regional e geógrafos econômicos, os estudiosos de estratégia recentemente interessados na temática começaram a examinar como as aglomerações influenciam o desempenho da empresa.

Venturini (2008), ao mencionar a literatura clássica, informa que Alfred Marshal há mais de cem anos fez a descrição do então chamado *Industrial District*, uma aglomeração de várias empresas atuantes no mesmo segmento ou negócio, com força de trabalho capacitada e recursos, serviços e tecnologia disponíveis a todas as empresas.

A partir do marco teórico de Marshal (VENTURINI, 2008), no início do século XX as empresas passaram a ter vantagens referentes à localização geográfica e, conseqüentemente, probabilidade de maior representatividade na economia. Ao mesmo tempo, o processo de globalização em curso na economia atual vem

impondo aos agentes produtivos a busca de novos conceitos e de novas formas de pensar a organização produtiva.

Nesse contexto, este estudo se propõe a analisar, sob a ótica dos aspectos conceituais de desenvolvimento e crescimento, e por meio dos indicadores socioeconômicos, a aglomeração de indústrias de confecção do município de Pontalina.

Conhecer as condições históricas e culturais da região torna-se importante para a compreensão de certas atitudes e paradigmas que fazem com que uma aglomeração seja bem sucedida ou que dificultem a cooperação inibindo o empreendedorismo.

A aglomeração de confecções de Pontalina tornou-se um importante setor da economia para o município, com um conjunto de empresas de portes variados, que atrai fornecedores e outras indústrias correlatas.

Dias Júnior e Moreira (2013) propõem uma metodologia de identificação de aglomerados produtivos que leva em consideração não apenas os critérios mais tradicionais de classificação (concentração geográfica e especialização produtiva). Destacam também a importância de interação e dos processos de aprendizado subjacentes às empresas criados por vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre elas e os demais agentes de desenvolvimento.

Diante disso, esta pesquisa busca alguns indicadores aceitos para a mensuração de indicadores socioeconômicos da população, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e GINI.

No tocante à aglomeração produtiva a presente pesquisa aponta conceitos, referentes ao assunto, destacando Marshall (1982) citado por Venturini (2008), de forma a analisar o aglomerado produtivo do setor de confecção para identificar se as empresas apresentam características que possam enquadrá-las como arranjo produtivo local (APL).

1.1 Problema

As aglomerações geográficas e setoriais de empresas têm sido objeto de estudo tanto no Brasil como em outros países. Com a finalidade de gerar emprego e renda, aliada à tentativa de alívio da pressão provocada pelo desemprego e falta de

perspectivas, os pequenos municípios atraem organizações industriais e comerciais a fim de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Como o crescimento econômico nem sempre gera desenvolvimento econômico, pergunta-se: quais são os reflexos do surgimento da aglomeração produtiva nos indicadores de desenvolvimento e crescimento em Pontalina (GO)?

1.2 Objetivos

A partir do princípio de que o setor de confecção de moda íntima foi identificado como uma concentração produtiva em potencial, lança-se a seguinte indagação: seria essa concentração produtiva responsável pelas alterações nos indicadores socioeconômicos do município de Pontalina (GO)?

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os impactos do aglomerado nos indicadores socioeconômicos do município de Pontalina (GO).

1.2.2 Objetivos específicos

- Verificar os reflexos da concentração produtiva por meio dos indicadores socioeconômicos do município de Pontalina (GO) e dos dados dos indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e GINI.
- Caracterizar a concentração produtiva segundo as tipologias apresentadas na literatura: Porter (1989), Schumpeter (1997), Marshall (1982) e Furtado (1983).

1.3 Delimitação do Estudo

O estudo foi desenvolvido na Microrregião do Meia Ponte, localizado no Estado de Goiás, e delimita-se ao município de Pontalina (GO), caracterizado no decorrer desta pesquisa, compreendendo o espaço temporal do ano 2005 até 2015.

O objeto de estudo é a aglomeração produtiva de empresas do setor de confecção, composto por empresas de pequeno e médio porte.

A aglomeração de confecção no município teve início há cerca de vinte anos, porém houve a expansão nos últimos dez anos, verificado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) que de 56,9 milhões em 1999 triplicou para R\$ 172,8 milhões em 2009 (JORNAL O POPULAR, 2012).

O período estudado, compreendido entre 2005 a 2015, destaca-se pelo ápice inicial da aglomeração produtiva, ocasião em que houve o aumento significativo da quantidade de confecções no município.

A economia global, com a criação de políticas de desenvolvimento, tem buscado novas definições e novos modelos de pensar a organização produtiva como alternativa de negociação e aliança estratégica, ocasionando novas experiências (VENTURINI, 2008).

As aglomerações produtivas comumente denominadas arranjos produtivos locais podem acontecer de forma induzida ou natural, mas para que haja o seu desenvolvimento necessita-se do apoio das esferas municipal, estadual e federal.

1.4 Relevância do Estudo

O estudo das aglomerações produtivas no município tem importância uma vez que a competitividade das empresas e a geração de emprego e renda têm sido a estratégia de desenvolvimento regional. Estima-se que em 2011 havia 1.600 APLs em todo o território brasileiro (SEBRAE, 2016).

Segundo dados da ACIAP (2016), o município de Pontalina tem cerca de 40 empresas no setor de confecção (lingeries, malhas, jeans) respondendo por metade da arrecadação municipal. Observa-se que para o funcionamento de uma aglomeração deve-se buscar adaptabilidade ao meio ambiente com o aumento de competitividade face à concorrência no macrossistema, buscando sua sobrevivência no mundo globalizado e competitivo.

No presente trabalho foram apresentados os indicadores socioeconômicos, com a coleta de dados anteriores e posteriores à implantação da concentração produtiva, permitindo visualizá-los de forma comparativa e dar oportunidade para que se possa compreender o impulso social e econômico que advieram da instalação de diversas empresas do mesmo ramo.

1.5 Organização do Estudo

O estudo foi dividido em cinco seções. A primeira apresenta a introdução, com o problema, objetivos, delimitação, relevância e organização. A segunda seção traz a revisão de literatura, que aborda os conceitos de crescimento, desenvolvimento econômico e indicadores socioeconômicos.

Na terceira seção descreve-se a metodologia utilizada neste estudo. Na quarta seção têm-se os resultados obtidos na pesquisa e a discussão em torno desses resultados. A quinta seção encerra o estudo com as considerações finais, seguidas pelas referências e anexos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para a estruturação conceitual que dá sustentação a esta pesquisa é necessário abordar conceitos de crescimento e desenvolvimento regional, bem como demonstrar a importância dos índices para mensuração de indicadores socioeconômicos e emprego no município estudado, de forma a verificar a importância da concentração produtiva no município a partir de conceitos e características.

2.1 Aspectos Conceituais de Crescimento e Desenvolvimento Regional

Crescimento e desenvolvimento são palavras com significados distintos. De forma simples, pode-se definir crescimento como o aumento da quantidade física da produção que atenda às necessidades da população, mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB). Deve-se ater também aos espaços econômico e geográfico, às externalidades, economias de aglomeração e à formação dos sistemas urbanos.

A investigação do desenvolvimento regional no Brasil é realizada a partir de modelos econômicos e suas inter-relações com variáveis, como sustentabilidade e crescimento econômico.

Estudar o desenvolvimento econômico regional mediante uma análise histórica constitui um desafio significativo e também uma necessidade quanto à compreensão dos fatores não econômicos que o afetam, em razão da premência de avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento na estruturação das diferenças regionais presentes no território brasileiro (VIEIRA E SANTOS, 2011).

Por outro lado, as teorias de crescimento regional, em sua maioria, focam suas análises nas relações da região com o exterior, em especial na sua capacidade de exportar, desde que em um contexto de abertura inter-regional as atividades de exportação sirvam de suporte ao crescimento da região exportadora.

Nesse sentido, reside a origem da teoria da base econômica ou da base de exportação. O trabalho apresentado por C. Tiebout, *The community economic base study* (1962) constitui uma das suas primeiras aplicações, de acordo com Polèse (1998).

De uma forma muito simples, o modelo faz depender o nível de produção e o nível de emprego da região das suas atividades exportadoras, que dependem, por sua vez, da procura externa e das vantagens comparativas da região – variáveis que o modelo vai considerar “exógenas” (isto é, que a região não pode influenciar). A ideia de abertura é levada à sua conclusão lógica: a região vive da procura externa e a ela deve adaptar-se para sobreviver. O modelo da base econômica traça uma linha delimitadora entre as indústrias de base (atividades básicas) que permitem à região “ganhar a vida” e as atividades de suporte (atividades não básicas) que derivam da presença das atividades de base [...]. (POLÈSE, 1998, p.139)

Villas Boas e Kahn (1998, *apud* GONÇALVES, CASTRO E CATAPAN, 2016), citam que o conceito de desenvolvimento econômico começou a ser utilizado a partir do final da 2ª Guerra Mundial.

Esse conceito deu fundamento a uma ideologia altamente otimista que previa o crescimento econômico indefinido, visto como um processo de utilização cada vez mais intensivo de capital, de redução do uso de mão de obra e de utilização extensiva dos recursos naturais.

Nesse sentido, uma das características centrais é a total despreocupação com os danos ambientais e com a degradação ecológica derivada das atividades econômicas.

Vieira e Santos (2012) negam que o desenvolvimento econômico regional passa por uma discussão e que se afasta da simples e restrita apresentação das séries históricas de crescimento econômico e de indicadores sociais.

Para Gremaud 2002, o desenvolvimento engloba o crescimento econômico, mas é mais amplo, pois leva em consideração a natureza e a qualidade desse crescimento. Quando se diz que uma determinada região é desenvolvida, o que se quer destacar é que as condições de vida da população dessa região são boas.

Na obra de Passos e Nogami (2001), o grau de desenvolvimento de uma nação é retratado por alguns indicadores que compreendem três grandes grupos:

Vitais: (a) Esperança de vida ao nascer; (b) Taxa de mortalidade infantil; (c) Estrutura etária da população; (d) Taxa média anual de crescimento populacional. **Econômicos:** (a) Estruturais (Relaciona-se ao conjunto de elementos que formam a base econômica da sociedade) (b) Disponibilidade de bens e serviços. **Sociais:** (a) Estrutura social (Interação entre indivíduos) (b) Mobilidade Social (c) Representação no Sistema político (d) Participação social (e) Sistema de concentração de propriedade (PASSOS; NOGAMI, 2001, p.78)

O crescimento econômico relembra a história do capitalismo e a evolução do pensamento econômico, que provém do período mercantilista. Nesse mencionado

período, um país era tido como rico quando conseguia acumular o máximo de ouro e prata, advindos da exploração colonial. Ainda em relação à desenvolvimento e crescimento econômico, os autores seguintes destacam as diferenças.

Para Jaguaribe (1962), o desenvolvimento depende dos valores de cada sociedade, de certo modo pode até se opor à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade.

Clemente e Higachi (2000) definem que o crescimento econômico refere-se ao crescimento da produção e da renda, enquanto o desenvolvimento econômico à elevação do nível de vida da população.

De acordo com Vaz (2005), a quantidade de recursos financeiros ou bens que possibilite o aumento da produção e da produtividade é importante para o desenvolvimento econômico, mas uma melhor distribuição dos recursos é capaz de harmonizar o desenvolvimento contribuindo para a melhoria dos indicadores socioeconômicos.

Segundo Sen (2010), desenvolvimento econômico significa aquilo que os agentes econômicos podem usufruir a partir de suas posses e não necessariamente ter mais posses. Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social resultante do clima de confiança estabelecido pelos membros de uma comunidade.

Nota-se, então, que as teorias de crescimento têm uma grande variedade de fatores em relação ao processo de crescimento. Na concepção de economia clássica, os agentes econômicos, empresas, estados e indivíduos baseiam suas decisões econômicas apenas nos benefícios materiais.

Há, porém, outros interesses que direcionam as ações relacionadas ao alcance do desenvolvimento, como a forma de desenvolvimento desejável, articulada a fatores como os valores sociais, culturais e psicológicos. O desenvolvimento depende, portanto, de condicionantes culturais e sociais.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria dos indicadores socioeconômicos. Deve incluir:

(...) alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia" (VASCONCELLOS; GARCIA 1998, *apud* MORICCHI; GONÇALVES, 2002, p.10.)

A partir dos autores citados, verifica-se que o desenvolvimento local aumenta a geração de empregos, fluxo de renda e melhora a infraestrutura, saúde, educação, o que ocasiona alteração nos indicadores econômicos e sociais.

Para Sen (1993), o desenvolvimento que considera os indicadores socioeconômicos humanos têm suas raízes conceituais nos trabalhos de Adam Smith e Karl Marx. Os estudos de Marx apresentam forte influência da teoria aristotélica nas considerações acerca do bem.

Por outro lado, Schumpeter (1997) considera o desenvolvimento econômico como parte da história econômica e essa, por sua vez, integra a história universal e se destaca do restante somente com o intuito de esclarecimentos.

O grande desafio dos cientistas sociais que almejam maneiras para a distribuição das riquezas de forma mais equilibrada é entender como mensurar o desenvolvimento econômico.

Isso por que utilizam essa terminologia na tentativa de diferenciá-lo do crescimento econômico, mesmo sabendo que a mensuração de valor do desenvolvimento social não é de fácil definição e remete a um conceito mais amplo de desenvolvimento, gerando o termo produtividade social (VIEIRA; SANTOS, 2012).

A concepção de Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, para esses autores, é apenas uma representação de uma média que caracteriza a renda média da população, e não significa que os indivíduos pertencentes àquela população tenham o mesmo rendimento, ou que todos os indivíduos tenham acesso a bens (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Informam ainda que o crescimento econômico é encontrado a partir do cálculo que se faz da medição do crescimento do número de empregos, do aumento no volume da poupança e o seu direcionamento para investimentos, bem como da melhoria da capacidade tecnológica.

2.2 Indicadores de crescimento e desenvolvimento

Com o término da Segunda Guerra Mundial e o êxodo rural aumentou a proporção de pessoas no meio urbano e conseqüentemente a industrialização, que não foi suficiente para gerar empregos em todos os setores. Assim, para fins de

pesquisa acadêmica, pode-se afirmar que o indicador social é um elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos dados sociais verificados.

Takasshina (1999), Schesrens (2004), Mourão (2006, *apud* SOLIGO, 2012), conjugam a noção de que os indicadores são representações quantificáveis de determinado processo e entendimento de qualidade e desempenho na educação. São utilizados para auxiliar nos processos administrativos ou na comparação entre momentos distintos de um mesmo processo. Entre instituições, em comparação ao padrão tido como ideal, é preciso reincorporar os aspectos extraídos, situando-os no espaço e tempo.

Com os indicadores simples é possível avaliar aspectos socioculturais, como as taxas de analfabetismo; de escolaridade e de alfabetização, dentre outros. Pelo PIB verificam-se os dados econômicos *per capita* e pela taxa de crescimento anual do PIB verificam-se os dados econômicos e os aspectos demográficos, como taxa de crescimento anual da população; de natalidade; de mortalidade e esperança média de vida.

A definição da palavra desenvolvimento, apesar de aparentemente clara no sentido amplo, é complexa do ponto de vista teórico e prático, pois expressa visões ideológicas e teóricas conflitantes. Furtado (1979) afirma que o desenvolvimento econômico deve estar unido ao aspecto social, pois o desenvolvimento passa pela compreensão e mudança estrutural a realidade social.

As discussões que envolvem ambos os conceitos podem adquirir duas dimensões básicas. A primeira relaciona o desenvolvimento à evolução do sistema social, e o crescimento à acumulação e ao progresso das técnicas de produção. A segunda dimensão relaciona o desenvolvimento ao grau de satisfação da humanidade (FURTADO, 1983).

Para SCHUMPETER (1982), o desenvolvimento econômico é impulsionado pela inovação baseada na organização produtiva. Seus elementos fundamentais constituem-se nas novas formas de produção, de combinação de insumos e de melhoria na qualidade.

Com relação ainda ao desenvolvimento econômico, para Clemente e Higachi (2000) devem-se considerar todos os seus aspectos: econômico, social, político e cultural. Ambos os autores são utilizados em doutrinas que tratam de indicadores socioeconômicos de uma população.

Conforme posicionamento de Januzzi (2002), a escolha de indicadores sociais para avaliação de políticas depende, além de suas propriedades, da finalidade a que se destinam. Na proposição de um modelo de avaliação das políticas públicas, a matriz de indicadores sociais deve ser necessariamente complexa, como esboçado no Quadro 1:

Quadro 1 – Classificação dos indicadores sociais

INSTITUIÇÃO	FONTE DE DADOS	TEMAS INVESTIGADOS	PERIODICIDADE	DESAGREGAÇÃO
IBGE	Censo demográfico	Características demográficas, habitação, escolaridade, mão de obra, rendimentos	Decenal	Município setor censitário
IBGE	Censo populacional	População, migração	Entre censos (decenal)	Município
IBGE	Pesquisa estatísticas do registro civil	Nascimentos, óbitos, casamentos, etc.	Anual	Distritos
IBGE	Pesquisa básica de informações municipais (Munic)	Infraestrutura, recursos, finanças, equipamentos	Anual	Município
Ministério do Trabalho	RAIS e CAGED	Empregos, salários, admissões, demissões	Anual	Município
Ministério da Educação	Censo escolar	Alunos, professores, equipamentos	Anual	Município
Ministério de Saúde	DATASUS	Mortalidade, vacinação, equipamentos, recursos, morbidade	Anual	Município

Fonte: adaptado de Januzzi (2002, pp. 59-60)

Januzzi (2002) acredita que existe interesse crescente no uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais, no contexto da democratização política e da descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios, e da institucionalização do processo de planejamento público em âmbito local pós-Constituição de 1988.

Ainda no mesmo raciocínio, o autor informa que os indicadores sociais subsidiam as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população. Permitem, ainda, o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Soligo (2012) informa que cada abordagem avaliatória pode ser caracterizada de acordo com sua base informacional. Tanto as informações que são coletadas para formar juízo, quanto aquelas desprezadas ou excluídas de um papel avaliatório direto, dizem respeito ao processo de construção do indicador e à abordagem escolhida.

Segundo Krugman (2010), desde a sua criação o IDH passou a ser fortemente associado à ideia de bem-estar social, seja nos meios acadêmico e político, ou mesmo em comunidades mais amplas, apenas interessadas em questões de desenvolvimento humano.

O Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2009/2010, busca dar visibilidade à relevância de colocar as pessoas como agentes formadores do seu próprio desenvolvimento. Com isso, espera-se que as políticas busquem dar ao cidadão poder de ação, como se ele fosse um instrumento de liberdade que pudesse mudar a sua maneira de pensar e agir, motivando-o e transformando o seu próprio destino por intermédio de realizações materiais ou imateriais.

O IDH é composto por parâmetros relacionados a uma variável específica e capaz de ser medida: a longevidade (expectativa de vida ao nascer); ao grau de instrução (nível educacional); e ao nível de renda, que estabelece o nível de vida. Dessa forma, o IDH surpreende em consideração ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que tradicionalmente era a maneira mais comum de medir o crescimento econômico (LOURENÇO; ROMERO, 2002).

Por outro lado, Marshall (1982, *apud* SANTOS, 2005), informa que o desenvolvimento econômico relaciona-se especialmente aos fatores que interferem de maneira mais forte e continuada no comportamento do homem, nas questões comerciais de sua vida.

Na ótica de Santos e Magalhães (2012) existem dois tipos de políticas: as de integração e as de inserção. As políticas de integração almejam o equilíbrio, a homogeneização da sociedade, com o propósito de oferecer a todos o acesso aos serviços públicos.

Por outro lado, as políticas de inserção são as que agem corrigindo os efeitos do desequilíbrio social, sem interferir nas suas causas. Acabam obedecendo ao que é comumente aceito de discriminação positiva, que estabelecem com alto grau de acerto a sua clientela e localização no espaço social enquanto desenvolvem estratégias muito singulares para ela.

Estudiosos do tema políticas públicas informam que há “evidências de que programas de transferência condicionada de renda produzem impactos significativos na diminuição da desigualdade de renda, ou mesmo na pobreza” (AMARAL; MONTEIRO, 2013, p. 532).

Nota-se que o tempo ideal para se aplicar a política pública é quando as ações preestabelecidas passam a ser implantadas (operacionalizadas). É comum na política pública dar-se atenção ao planejamento e projetos governamentais. Já em se tratando das políticas com o cidadão, com base no desenvolvimento humano, a instalação se dá no momento em que as pessoas têm condições para colaborar na aplicação prática das soluções (PNUD, 2013).

Observa Bichir (2010) que o PBF incide mais fortemente nos índices de desigualdade, como o Índice de Gini. A pesquisa social determina que os procedimentos de construção dos indicadores sejam claros e transparentes além de forma objetiva.

O tempo ideal para se aplicar a política pública é quando as ações preestabelecidas passam a ser implantadas (operacionalizadas). Nas políticas com o cidadão, com base no desenvolvimento humano, a instalação se dá no momento em que as pessoas têm condições para colaborar na aplicação prática das soluções (PNUD, 2013).

No posicionamento do PNUD (2013), o desenvolvimento humano deveria ser entendido como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem-estar. O processo de desenvolvimento teria que garantir oportunidades crescentes de acesso à educação e cultura além de condições de desfrutar uma vida saudável e longa, dispondo de condições e recursos suficientes para o consumo adequado de bens e serviços.

Quanto ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), observa o desenvolvimento socioeconômico do País em três áreas: saúde, educação e emprego e renda. Utiliza para os cálculos as pesquisas públicas oficiais, apresentando uma variação de 0 a 1. O mais próximo de 1 indica mais desenvolvimento municipal (FIRJAN, 2013).

Apesar de todos os esforços dos autores da área estudada na construção e utilização de diferentes indicadores, não há um indicador suficientemente abrangente para mensurar um processo de desenvolvimento regional em toda sua

amplitude, pois há uma grande porção de aspectos não quantificáveis ou de difícil mensuração que precisariam ser considerados.

Por fim, verifica-se que a disponibilidade de um sistema de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis, potencializa o processo de formulação e implementação de políticas públicas. Assim, foram analisados os indicadores socioeconômicos de Pontalina e seus reflexos da implantação da concentração produtiva no município.

2.3 Aglomerações produtivas

As aglomerações devem se adaptar ao meio ambiente aumentando a sua competitividade, que é a forma de sobrevivência no mundo globalizado e competitivo.

Marshall via as aglomerações como essencialmente resultantes de forças naturais da localização geográfica e as externalidades como incidentais; a ação conjunta não tinha um papel tão importante em sua análise dos distritos industriais (WILKINSON e YOU, 1992 *apud* SCHMITZ, 1997).

Por outro lado, a adoção de estratégias de desenvolvimento local que apoiem a aglomeração de micro, pequenas e médias empresas pode contribuir para a oferta de emprego e a obtenção de renda.

A partir dos conceitos elencados na literatura é possível identificar algumas características dos aglomerados produtivos, geralmente formados por pequenas e médias empresas, no que tange ao grau de desenvolvimento, como realizar práticas cooperativas e ter vínculos interativos entre seus agentes: clientes, fornecedores, governo etc.

Pagani (2006) descreve que uma aglomeração produtiva de empresas pode surgir em função de economias externas. Marshallianas puras, independentemente de seu tamanho ou tempo de existência, não necessariamente devem ser classificadas como arranjos ou distritos industriais.

Informa ainda que a concentração geográfica é um fator facilitador para inúmeros pontos que irão favorecer o desenvolvimento do setor, como a divisão do trabalho e a especialização entre as pequenas empresas; a emergência de fornecedores de matéria-prima e/ou componentes de maquinários novos ou usados e peças; o surgimento de serviços técnicos especializados; a criação de agência de

exportação ou de vendas para o mercado interno distante; o surgimento de um banco de trabalhadores especializados no trabalho desse setor específico; ações conjuntas dos empresários locais, sejam de empresas individuais colaborando umas com as outras, ou ainda de um grupo de empresas no formato de associações ou consórcios de empresas.

A identificação e análise do perfil das confecções do município de Pontalina (GO), a participação dos agentes econômicos, políticos e sociais locais em atividades de cooperação e aprendizado interativo associadas aos processos de inovação contribuirão para um melhor entendimento do contexto da aglomeração localizada no município objeto de estudo.

2.4 Elementos para caracterização das aglomerações produtivas

Para que sejam formadas as aglomerações produtivas existem vários fatores. Marshall (1982), ao abordar o tema 'concentração de indústrias especializadas em certas localidades', mostra que a aglomeração de indústria poderia ajudar empresas, particularmente pequenas, a obter vantagens. A argumentação era de que a situação particular das indústrias aglomeradas envolvidas em atividades similares gerava vantagens econômicas.

Para Suzigan *et al* (2001), existem cinco linhas de trabalhos principais sobre aglomeração produtivas locais. A primeira foi desenvolvida graças às contribuições de Marshall (Nova Geografia Econômica), como aglomerações resultantes de causas cumulativas causadas pela presença de economias externas locais.

A segunda (Economia de Negócios) evidencia que as estratégias locacionais fazem parte dos negócios. A terceira (Economia Regional) descreve que a geografia econômica e o desempenho industrial estão relacionados.

A quarta (Economia de Inovação) informa que as políticas voltadas aos negócios passaram a capacitar as empresas nos âmbitos regionais e locais. Por fim, a quinta e última destaca pequenas empresas e distritos industriais decorrentes de cooperação firmada entre agentes privados e apoio do setor público.

As aglomerações informais e organizadas normalmente são formadas por micro e pequenas empresas com nível de tecnologia baixo, cujos proprietários têm fraca capacidade de gestão.

Santos (2016), informa que a infraestrutura do aglomerado é precária em razão da inexistência de serviços essenciais e estrutura de apoio, como serviços financeiros e bancários e centro de formação, entre outros.

Conforme literatura apresentada, para que haja êxito na aglomeração produtiva são necessários, além da concentração geográfica, a especialização entre as pequenas empresas; serviços técnicos especializados; criação de agência de exportação e ações conjuntas dos empresários locais, de empresas individuais no formato de associações ou consórcios de empresas.

2.5 Arranjo Produtivo Local x Aglomerações Produtivas

O tema abordado nesta pesquisa propôs compreender a caracterização dos aglomerados produtivos de acordo com a literatura e as práticas decorrentes da sua identificação, já que a inclusão de micro e pequenas empresas em sistemas locais de produção são alternativas para que as empresas superem dificuldades financeiras.

Existem muitas denominações utilizadas para definição de aglomeração de empresas: *clusters*, aglomerados, distritos industriais e APLs, entre outras. Para Suzigan (2003) *apud* Pereira (2016, p.78), a denominação do aglomerado pode variar de acordo com diversos fatores:

(...) história, evolução, organização institucional, contextos sociais e culturais nos quais se inserem: estrutura produtiva, organização industrial, formas de governança, logística, associativismo, cooperação entre agentes, formas de aprendizado e grau de disseminação do conhecimento especializado local.

Os APLs envolvem a participação e a interação de empresas e suas diversas formas de representação e associação. Além disso, incluem a participação e a interação de várias instituições públicas e privadas voltadas à formação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades, pesquisa e desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento (CASSIOLATO, LASTRES, 2003).

Com a finalidade de apresentar as principais tipologias de aglomerações produtivas de empresas seguem seus principais conceitos a partir de seus autores.

Marshall (1920) é o início para todos os estudos relacionados a aglomerações de empresas que se seguiram, servindo a teoria marshalliana de embasamento para todos os demais trabalhos dos autores e estudiosos da área em estudo.

Krugman (1991, 1998) tem uma linha de pesquisa relacionada à teoria clássica de localização. Seus precursores são Von Thünen (1826) e Weber (1909) (*apud* ROLIM, 1998). Schmitz (1997, 1998) trata o conceito de eficiência coletiva, obtida com o estreito relacionamento entre as empresas de uma aglomeração produtiva.

Já Porter (1990, 1998, 1999, 2001) aborda a economia das empresas, descrevendo a estratégia e competitividade obtidas pela sua aglomeração. Destaca a importância dos vínculos e fluxos de conhecimentos que emergem das relações entre agentes locais na conquista de vantagens competitivas.

Para que as aglomerações produtivas venham a lograr êxito dependem grande parte de como os indivíduos irão se relacionar. Suzigan, pesquisador do Instituto de Economia da UNICAMP (SP), direcionou um grupo de trabalho sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs) a fim de fornecer uma metodologia que permitisse articular e coordenar políticas públicas e ações privadas direcionadas a empresas inseridas em um APL.

Essa metodologia envolve sugestões diferenciadas de políticas mais convergentes com as características da estrutura industrial, produtiva e institucional de cada aglomerado e sua relevância para o desenvolvimento local ou regional (SUZIGAN, 2001). As ações conjuntas entre produtores aglomerados reforça a capacidade competitiva, devendo haver perfeito entrosamento entre os atores.

A ação conjunta das empresas de uma localidade onde predomina um setor produtivo específico, como é o caso do APL de Pontalina, gera vantagens em termos de acesso facilitado a trabalhadores qualificados, fornecedores de matérias-primas e a serviços correlatos à atividade principal, o que contribui para criar um ambiente propício a inovações (MARSHALL, 1982).

Para Schmitz (1997), essas ações conjuntas podem ocorrer de duas formas:

- a) Cooperação horizontal: apresenta empresas competidoras. Pequenas e médias empresas podem beneficiar-se conjuntamente junto a fornecedores, e no uso comum de equipamentos, já que utilizam os mesmos para o seu processo de produção. Para que isto ocorra, outros fatores devem ser desenvolvidos pelas lideranças das empresas participantes como, por exemplo, o espírito de partilhamento, compartilhamento e cooperação.
- b) Cooperação vertical: ocorre entre as empresas e fornecedores, entre as empresas e compradores atacadistas. As iniciativas devem partir de acordos entre produtores individuais e produtores ajudando-se mutuamente a aumentar a eficiência e a qualidade, e prosseguir nas alianças entre as várias associações, buscando superar diferenças internas e promovendo uma abordagem estratégica frente aos competidores externos à aglomeração (SCHMITZ, 1997, p.92).

De acordo com os autores citados, a atuação conjunta de um grupo de empresas do mesmo ramo por si só traz benefícios ao desenvolvimento econômico local a elas.

Venturini (2008) observa que a interação e a sinergia surgem a partir do agrupamento de organizações, que atuam conjuntamente, proporcionando vantagens competitivas que, conseqüentemente, refletem-se em um desempenho superior.

No caso de Pontalina (GO), houve uma expansão do setor de confecção que resultou na formação de um Arranjo Produtivo Local. O APL dispõe de sede e funcionários, porém não funciona efetivamente, razão pela qual preferiu-se utilizar, para designá-lo, aglomeração produtiva ao invés de arranjo produtivo.

Isso por que não se verificou a existência de empresas dos demais elos da cadeia produtiva da atividade econômica nem cooperação entre as empresas da mesma atividade econômica, critérios importantes para a verificar o tipo específico de aglomeração denominado arranjo produtivo local.

Existem, em qualquer local, externalidades positivas e externalidades negativas. Marshall (1982) informa que no limite os efeitos da aglomeração na geração do emprego podem ser externalidades positivas, de modo que as economias externas possibilitam ganhos de produtividade associados a uma determinada localização.

Há também diversos conceitos de concentração produtiva, bem como várias teorias. Para os seguidores de Marshall, o tema é tratado como Distritos Industriais; os adeptos de Porter consideram o assunto com estudo de *Clusters*. Alguns autores brasileiros tratam como Arranjo Produtivo Local (APL), ou Sistema Inovativo Local (SIL) e há, ainda, a designação Concentração Produtiva (TAVARES; ANTONIALLI; SANTOS, 2010).

Para Marshall (1982, *apud* SANTOS, 2005), os padrões estão sempre dispostos a recorrer a qualquer lugar onde se possa encontrar trabalhadores habilidosos; por sua vez, todo indivíduo naturalmente busca lugares onde há oferta de emprego e onde suas habilidades serão facilmente aproveitadas. Com isso, as habilidades ficam cada vez mais especializadas.

Com a finalidade de verificar e compreender os fatores que beneficiam o crescimento econômico local se faz necessário que as aglomerações sejam

identificadas e diagnosticadas para que, tanto na esfera pública quanto na privada, possa haver iniciativas de apoio aos empresários.

Um dos fatores que justifica a concentração das indústrias é o estímulo ao surgimento de um mercado de trabalho robusto e constante de trabalhadores especializados, facilitando a atração de fornecedores de insumos e serviços.

Dessa forma, a aglomeração produtiva evidencia vantagens competitivas entre as empresas, gerando fatores de produção e suporte de indústrias correlatas, ensejando assim diferentes atores econômicos, políticos e sociais.

3. METODOLOGIA

Cervo, Bervian e Silva (2010, p. 27) conceituam método como: “a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir certo fim ou um resultado desejado. Nas ciências, [...] é o conjunto de processos empregados na investigação e na demonstração da verdade”.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa (EISENHARDT, 1989). Optou-se por métodos qualitativos por permitirem ao pesquisador aproximar-se da unidade de análise (COVIELLO, 2005) e descobrir novas variáveis e relações, revelar e compreender processos complexos, ilustrar a relevância do contexto social e ajudar com o desenvolvimento da teoria que se baseia nas experiências daqueles que vivem e criam os fenômenos (SHAH; CORLEY, 2006).

A metodologia utilizada na presente pesquisa consiste na revisão da literatura para conceituar crescimento e desenvolvimento, bem como os indicadores, e ao final a conceituação de arranjo produtivo local e aglomeração produtiva.

3.1 Caracterização da Pesquisa

O presente estudo objetiva analisar os impactos nos indicadores socioeconômicos (emprego, renda, educação e saúde) após a implantação de indústrias de pequeno e médio porte no município de Pontalina (GO).

Os indicadores socioeconômicos quando comparados com os indicadores de crescimento econômico podem salientar se esse crescimento influenciou os aspectos sociais como emprego e renda da cidade objeto em estudo. Para a obtenção dos dados foram consultados os indicadores de IDH, IFDM e índice Gini.

A pesquisa utiliza fontes documentais e os dados foram tratados de forma qualitativa, comparando índices por meio de estatística simples e interpretação dos textos. Dessa forma, partindo do problema, o objetivo geral e os objetivos específicos, apresentados na primeira seção, esta pesquisa tem abordagem qualitativa, e quanto aos seus objetivos classifica-se em descritiva.

Godoy (1995) afirma que na pesquisa qualitativa inúmeros dados são coletados e estudados para que se compreenda o alcance do fenômeno pesquisado. Isso é possível a partir de perguntas mais abrangentes, que vão se esclarecendo no

desenrolar dos estudos. A pesquisa para a fundamentação teórica recorre à literatura no âmbito de conceituar tipos de aglomerados, crescimento e desenvolvimento regional e outros termos necessários ao entendimento da pesquisa.

Em que pese à referida pesquisa, também é documental:

[..] tem-se como fonte de documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir do qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise [...] (SEVERINO, 2007, p.123).

Em se tratando de pesquisa descritiva, Andrade (2009, p.114) afirma que é do tipo em que “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”. Isso significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

3.2 Área de Realização

3.2.1 Contextualização do município de Pontalina (GO)

De acordo com as informações obtidas junto ao sítio oficial da Prefeitura de Pontalina (2015), o município surgiu em 1841 com um pequeno povoado no sul do estado. A Resolução Provincial nº 543, de 29 de julho de 1875, criou a Vila de Santa Rita do Pontal, como distrito de Morrinhos, estado de Goiás. O Decreto-Lei nº 329, de 02 de agosto de 1935, elevou o Distrito à categoria de Vila, desmembrando-a de Morrinhos. Pelo Decreto-Lei estadual nº1233, de 31 de outubro de 1938, o município de Santa Rita do Pontal passou a denominar-se Pontalina.

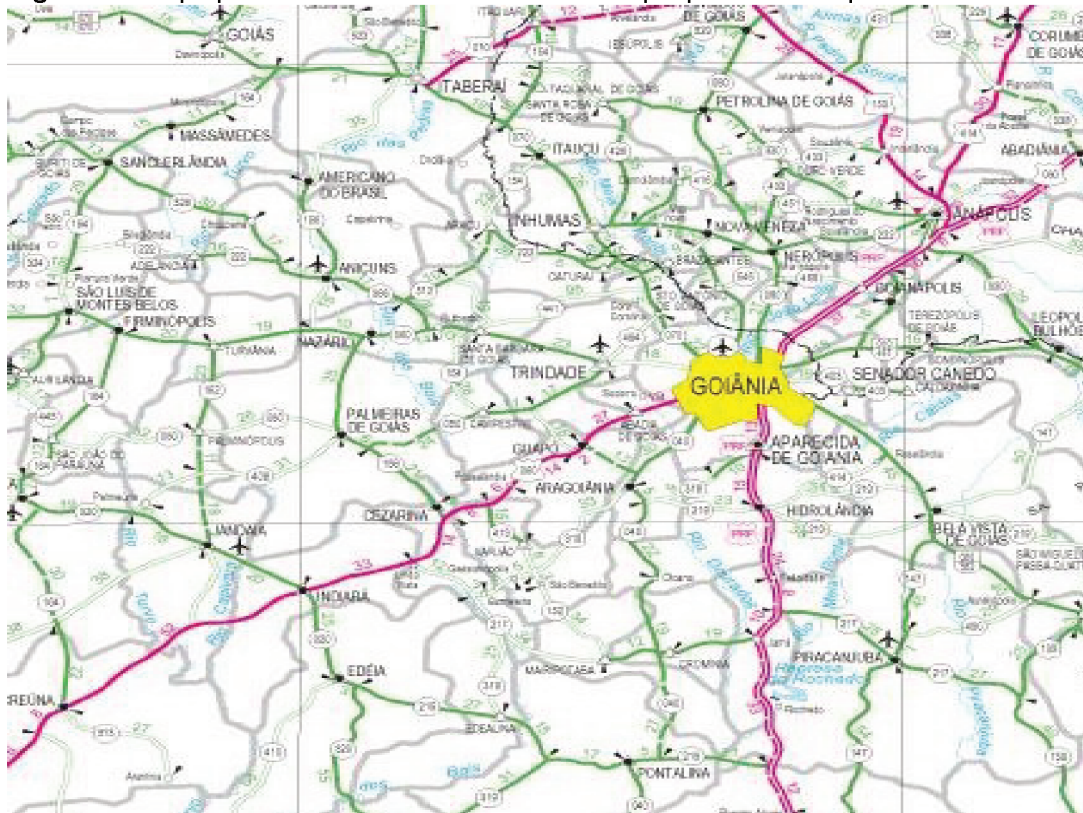
Ainda de acordo com o mesmo sítio, o município de Pontalina (GO) está localizado na mesorregião do sul goiano e Microrregião do Meia Ponte, sul do estado.

Pontalina limita-se com os seguintes municípios: ao norte, Mairipotaba, Cezarina; ao sul, Aloândia, Joviânia e Vicentinópolis; a leste, com Piracanjuba e Morrinhos; e a oeste com Edealina e Edeia. O clima é tropical úmido, com o período

mais quente entre outubro e março, época chuvosa. A densidade demográfica é de 11,66 hab/km².

O município de Pontalina (GO) tem uma área de 1436,95 quilômetros quadrados. A Figura 1, a seguir, demonstra sua localização e confrontantes.

Figura 1 – Mapa político do estado de Goiás – destaque para o município de Pontalina



Fonte: http://www.mapa-brasil.com/Mapa_Rodovias_Estaduais_Federais (2017)

Conforme apresenta a Figura 1, Pontalina (GO) está localizada numa região próxima aos grandes centros consumidores e de fácil acesso ao escoamento da produção, como a capital Goiânia e Anápolis, que possui porto seco. Pontalina exporta grande parte da sua produção de lingerie, além de possuir vasta área destinada à agropecuária com importante produção de grãos, leite e carne bovina.

O município estudado tem cerca de 40 confecções de pequeno e médio porte, que produzem lingerie masculina e feminina, jeans e roupas de malha (ACIAP/2017).

A atividade de micro e pequenas empresas no ramo da confecção tem elevado a economia do município a partir de 2005 a 2015. A cidade triplicou o seu Produto Interno Bruto (PIB), passando de R\$ 65 milhões para R\$ 184 milhões. No

mesmo período, a população local passou de 16,5 mil para 17,1 mil (SEBRAE, 2016).

Apresentada essas informações preliminares, e considerando a implantação da concentração produtiva, é importante dividir a análise no espaço temporal anterior e posterior à instalação, do ano 2005 até 2015. Estabelecido o espaço temporal e por intermédio da observação assistemática a pesquisa foi iniciada a partir de dados.

3.3 Coleta e Tratamento de Dados

Com a finalidade de desenvolver o presente trabalho e para compreender o fenômeno dos reflexos da implantação da concentração produtiva, a realização da pesquisa ocorreu no município de Pontalina (GO), com a busca de documentos primários.

Godoy (1995) informa que a pesquisa documental parte do exame de materiais de várias fontes que ainda não foram tratados analiticamente. Talvez podem ser reanalisados com o intuito de extrair interpretações complementares ou até mesmo dar nova visão ao assunto.

O autor ressalta ainda que os documentos podem ser classificados em primários quando são elaborados por agentes que vivenciaram de forma direta o fenômeno que está sendo investigado, ou em secundários, quando coletados por agentes que não se encontravam presentes no momento em que o fenômeno ocorreu.

A coleta de dados constituiu-se de visitas a algumas empresas de lingerie da cidade. As informações foram solicitadas aos funcionários e sócios das empresas visitadas. Em seguida, mediante análise quantitativa, foram obtidas as conclusões correspondentes aos dados coletados.

As informações complementares foram obtidas por procedimentos qualitativos complementares, como a observação assistemática de informações anotadas durante as entrevistas.

Após, foram realizadas buscas no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.gov.br) para a obtenção dos dados socioeconômicos do Estado de Goiás e do município de Pontalina (GO), além de acesso aos arquivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2017)

para complementar as informações, particularmente os dados demográficos e populacionais. Buscaram-se, ainda, informações do município no sítio eletrônico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/2017).

Para colaborar com outros dados primários e informações acerca do tema para a construção desta pesquisa foram acessados outros sítios eletrônicos, como o da revista eletrônica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; do Ministério do Trabalho e Emprego; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Tribunal Regional do Trabalho.

Também foram feitas buscas na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Essa Instituição apresentou em seu sítio eletrônico informações essenciais da evolução do Indicador Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e índice de Gini do município de Pontalina (GO).

3.4 Procedimentos da Análise Documental

Pimentel (2001) ressalta que essas unidades de análise acabam se tornando núcleos de mensagens que sistematizam um grupo de assuntos, por intermédio de inferências promovidas no conteúdo e que dizem respeito às variadas expressões-chave.

Diante do exposto, buscando agregar os conteúdos de acordo com as expressões-chave, foram estabelecidas as seguintes unidades de análise: populacional e demográfica; emprego, renda e distribuição da riqueza; habitacional, saúde; e educação.

Divididas as informações relacionadas ao município de Pontalina (GO) e também ao Estado de Goiás, a fim de expressar categorias demonstraram-se os indicadores econômicos, sociais, financeiros, educacionais e de saúde, além de informações censitárias e populacionais relacionando-as com o referencial teórico.

3.5 Procedimento de análise de dados

A fonte dos dados para elaboração da pesquisa é secundária, definida por Cooper & Schindler (2003, p. 223) da seguinte forma: “São interpretação de dados primários, enciclopédias, livros, manuais, artigos de revistas e jornais e a maioria

das notícias são consideradas fontes secundárias de informação” (COOPER & SCHINDLER, 2003, p. 223).

Os dados utilizados no presente estudo foram obtidos de fontes secundárias, abrangendo o município de Pontalina no período de 2005 a 2015. A data inicial (2005) faz referência ao surgimento das confecções, que tiveram impulso econômico em 2009, conforme Tabelas na próxima seção. No que se refere ao marco final, 2015, refere-se aos dados mais recentes encontrados nos órgãos pesquisados.

O procedimento constituiu-se de visitas, individuais, a cinco empresas no período compreendido entre agosto a outubro de 2017, de forma a esclarecer a quantidade de funcionários por empresa, renda mensal, quantidade de peças fabricadas, exportação e importação do produto.

As entrevistas foram direcionadas aos empresários e funcionários e no município que está descrito como APL também foi realizada uma entrevista informal. Com as visitas verificou-se que no APL há um grande galpão onde são realizados cursos de corte e costura.

O local também dispõe de grande quantidade de máquinas que ainda não são utilizadas por falta de mão de obra qualificada, conforme fotografias que constam no Anexo C. Uma delas pode cortar sete mil peças por hora.

No decorrer da dissertação, novos dados e informações atualizadas dentro do enfoque do estudo foram incorporados à pesquisa como fontes secundárias para elaboração da análise e conclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento e crescimento do município de Pontalina aconteceram, num primeiro momento, por intermédio da pecuária e em seguida com o cultivo de soja, milho, e atualmente a cana-de-açúcar. Atualmente o setor de confecção representa um dos elementos propulsores da economia.

Segundo o Sebrae (2013), parte da expansão se deve à atuação dos empresários pontalinenses em um arranjo produtivo local (APL), caracterizado por uma aglomeração de indústrias localizadas em uma mesma área, nas quais os integrantes trocam experiências, vínculos de interação e cooperação.

O município de Pontalina conta com cerca de 40 confecções de lingerie. O município também tem outras confecções no setor de jeans, malhas e roupas *fitness*, que são importadas e exportadas.

Em visitas técnicas de observação assistemática verificou-se a presença de *outdoors* na entrada e saída do município de Pontalina (GO) colocados em razão dos incentivos do Estado de Goiás, por intermédio do Programa FOMENTAR.

No sítio oficial da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Estado de Goiás (SIC), a respeito do Fomentar, tem-se o seguinte:

O FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás), criado pela Lei nº 9.489, de 19/07/1984, tinha o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do Estado. [...] A experiência obtida com o FOMENTAR possibilitou Goiás criar um novo Programa de atração de investimentos – o PRODUZIR – que está situando o Estado como uma das melhores opções de investimento no Brasil. Com a edição da Lei nº 16.285, de 30 de junho de 2008, foi possibilitado às empresas beneficiárias do programa FOMENTAR migrar para o PRODUZIR, bem como as mesmas poderão reformular seus projetos dentro do FOMENTAR (SIC, 2014).

Além do projeto Fomentar, segundo dados constantes do sítio dessa Secretaria há o programa de desenvolvimento do empreendedorismo com a finalidade de capacitar e qualificar empresários de médias, micro e pequenas empresas, empreendedores individuais, potenciais empreendedores, artesãos e trabalhadores manuais que exerçam sua capacidade de competitividade na obtenção de melhores condições de vida.

O Programa abrange todo o estado de Goiás, desde pessoas que estão querendo abrir o próprio negócio até empresas já estabelecidas que queiram

expandir e implementar melhorias, possibilitando maior produtividade e qualidade dos produtos e serviços.

Oferece capacitação, planejamento sustentável, informações, orientações, inovações e crédito subsidiado, propiciando aos empresários crescimento e ampliação dos postos de trabalho. Oferece à população expansão da renda e conseqüentemente melhor qualidade de vida; e ao Estado o aumento da arrecadação tributária e do PIB, caracterizando o seu desenvolvimento socioeconômico.

As ações estratégicas para o desenvolvimento do Programa são (SEBRAE, 2016):

- **Projeto Crescer Competitivo** - Capacitação, orientação e acesso ao crédito para empreendedores, informações sobre o uso de ferramentas tecnológicas e de inovação e conscientização da importância do registro de marcas e patentes no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).
- **Projeto de artesanato Raízes de Goiás** - Desenvolvimento do artesanato goiano, melhoria do ambiente socioeconômico, capacitação, modernização, curadoria e cadastramento de artesãos.
- **Fórum Estadual das Microempresas e empresas de pequeno porte – FEMEP (GO)** - Promoção, orientação e assessoramento na formulação e implementação da política estadual de desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP).

Em decorrência do reconhecimento do APL, o governo do Estado de Goiás realizou a doação de uma máquina de corte, com capacidade para sete mil peças por hora. Por meio do SEBRAE são oferecidos à população cursos de costura e corte e modelagem, com duração de dois meses, carga horária de 160h, turmas de 15 alunos, nos períodos matutino, vespertino e noturno.

O sul e o sudoeste goiano são reconhecidamente muito fortes no agronegócio, mas a indústria de transformação é incipiente. O ramo de vestuário requer baixo investimento e qualificação, mas pode fortalecer o setor industrial nas duas regiões (SEBRAE, 2013).

Descreve a Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (2015) que há 49 APLs distribuídos pelos municípios do estado, segundo o Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais (OBAPL), e abrangem os seguintes segmentos:

agroindústria, gema e joias, cerâmica vermelha, confecção, calçados, farmacologia/produtos fitoterápicos, leite e derivados, madeira e móveis, rochas ornamentais, tecnologia da informação, apicultura, laticínios, madeira e agricultura, agricultura orgânica, bebidas, metal mecânico, cosméticos, fruticultura, aquicultura, turismo e audiovisual, conforme Quadro 2:

Quadro 2 - Programa de Arranjos Produtivos Locais

PROGRAMA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - 2013		
SETOR	CIDADE/REGIÃO	CONTATO
AÇAFRÃO	REGIÃO DE MARA ROSA	ANDRÉ FRANCO E SANDRO MARCELO MACHADO SILVA
ARTESANATO MINERAL, JÓIAS E GEMAS	CRISTALINA E PIRENÓPOLIS	ANDRÉ FRANCO
CACHAÇA	TODAS REGIÕES DE GOIÁS	MOACYR F. DA SILVA
HIGIENE PESSOAL PERFUMARIA E COSMÉTICOS	APARECIDA DE GOIÂNIA	ANDRÉ FRANCO
MODA ÍNTIMA	PONTALINA E TAQUARAL	ANDRÉ FRANCO
MOVELEIRO	FORMOSA, RUBIATABA E VALPARAÍSO	ANDRÉ FRANCO, SANDRO MARCELO MACHADO SILVA E ÍRIS ANDRADE DA SILVA

Fonte: SEGPLAN (2015)

No ano de 2006, o município de Pontalina contava com 318 unidades do setor de confecção geral, abrigando cerca de 1.250 funcionários, porém em 2013 já contava com 489 unidades e 2.101 funcionários (IBGE, 2013).

No levantamento das informações contidas na Lei Orgânica do Município não foram encontrados vestígios de planejamento ou incentivo no sentido de estimular a implantação da concentração produtiva, com exceção da Lei Municipal nº 110/2008, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu o Programa de Incentivos Tributários ou Econômicos para empresas não poluentes, de natureza industrial, agroindustrial, comercial, tecnológica ou prestadoras de serviços para se instalarem no município.

Na sede do Poder Legislativo local foram levantadas as Leis de Diretrizes Orçamentárias do período compreendido na pesquisa, de 2005 a 2015, Leis Orçamentárias Anuais e Planos Plurianuais, que, em tese, deveriam conter o planejamento estratégico municipal. Verificou-se, todavia, textos que não informam ações relacionadas aos efeitos da implantação ou estímulo à concentração produtiva.

O município ora estudado não conta com um setor de estatística ou de pesquisa que pudesse promover o acompanhamento dos reflexos da instalação da concentração produtiva na municipalidade, nem tampouco comparar a situação do período anterior ao início de tal concentração com a situação posterior.

4.1 Dados Econômicos e Sociais do Município de Pontalina (GO)

A análise do crescimento ou da redução de uma população pode contribuir para compreender se houve desenvolvimento e crescimento. A partir dessa premissa, antes de abordar outros indicadores, faz-se necessário verificar como se deu a movimentação populacional no município (PARETO, 1996).

Como o censo populacional promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é apresentado de dez em dez anos, a análise populacional do município de Pontalina (GO) foi realizada levando-se em conta essa forma de apresentação. Na presente pesquisa foi feito o recorte temporal de 2005 a 2015, mas, decorridos sete anos do último censo, vários outros indicadores recentes foram expostos nas demais Tabelas.

A Tabela 1 apresenta a população censitária total, urbana e rural, dados apresentados no último censo.

Tabela 1 – População Censitária de 2000 a 2010 – Pontalina

POPULAÇÃO	2000	2010	%
Rural	13.382	13.897	3,84%
Urbana	3.174	3.224	1,57%
Total	16.556	17.121	3,41%

Fonte: IBGE (2017)

A análise da Tabela 1 aponta uma variação urbana e rural populacional (total) do ano 2000 para 2010, que apresentou uma movimentação muito maior do que a ocorrida no município. Segundo dados do IBGE (2016), a população estimada atualmente é de 17.933.

Ocorreu migração da população rural para a área urbana, provocando uma variação de –200 pessoas no campo, ou – 3,25%. Comparado o total da população do município de Pontalina (GO) em 2010, de 13.382 habitantes, com a sua população rural em 2010, de 2.974 habitantes, tem-se a indicação de que apenas

22,22 % dos habitantes estão fixados no campo, e a variação da população urbana de 2005 para 2015 foi de 33,56%, referente a 4.491 habitantes. Conforme se observa, houve a migração da população rural para a cidade, uma vez que a concentração produtiva está ligada ao setor de confecção.

Ainda com relação ao censo populacional do município, a partir da compreensão dos dados observa-se a movimentação que ocorreu na cidade de Pontalina (GO), conforme se verifica na Tabela 2.

Tabela 2 – Domicílios particulares – 2005 a 2015 – Pontalina

Domicílios Particulares	2005	2015	Variação %
Próprios	3.405	3.863	9,08
Alugados	809	1.196	47,9
Total	4.214	5.059	16,13

Fonte: IBGE (2017)

Há de se ressaltar que a variação populacional urbana do ano 2005 para o ano 2015 foi de 26,08%, ou 4.491 habitantes, enquanto a variação total dos domicílios particulares (permanentes) foi de 20,05%, ou 845 imóveis residenciais.

A aglomeração produtiva envolve atividades primárias e secundárias. Essa observação deve ser feita considerando a população urbana e rural, bem como o número de domicílios ocupados e estabelecimentos comerciais. É importante mencionar, ainda, que nesse aspecto não há dados até o ano de 2015, tendo em vista que o próximo censo será realizado em 2020.

Além do crescimento no número de domicílios, outro indicador que merece atenção diz respeito ao número de empregos gerados, conforme as Tabelas 3 e 4. Ressalta-se que nesta pesquisa considera-se o ano de 2005 como o ponto médio entre o antes e o depois da concentração das confecções (MONTEIRO, 2007).

Tabela 3 – Dados de emprego e renda entre 2005 e 2015 – Pontalina

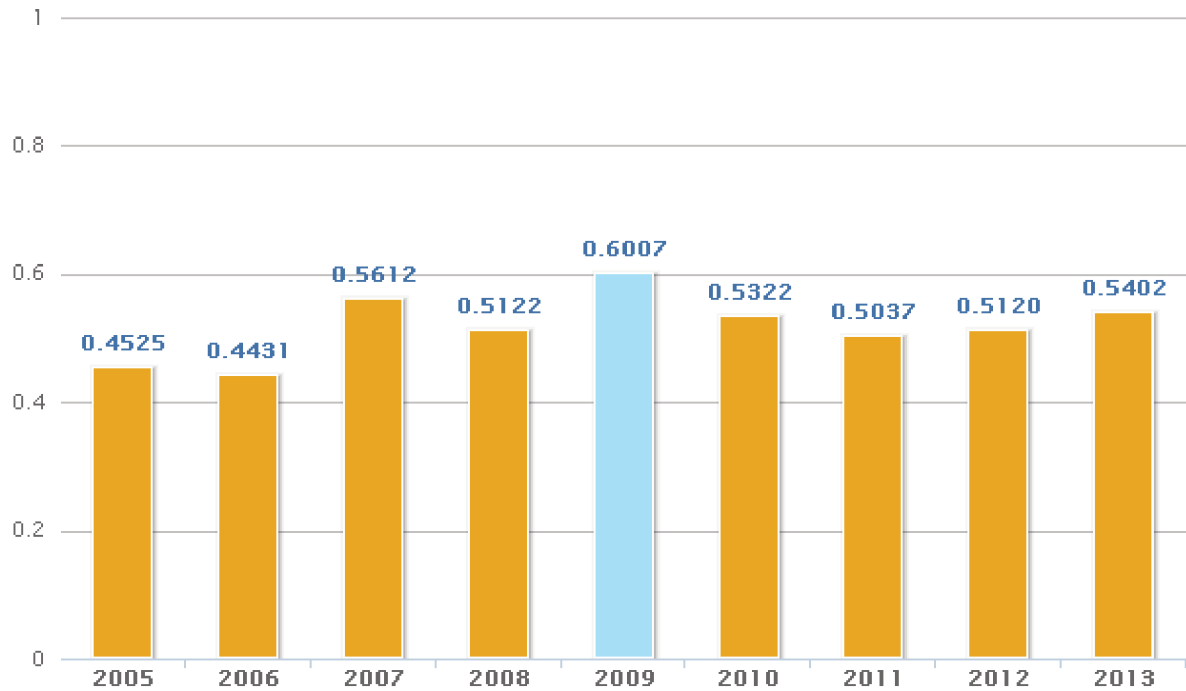
DADOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Empregos/ Pontalina	1.549	1.541	1.957	2.007	2.011	2.249	2.361	2.300	2.518	2.445	2.580
Rendimento/ Pontalina	520,32	602,02	1.957	2.007	2.011	2.249	2.361	2.300	2.518	2.445	1.383

Fonte: IBGE (2017)

De acordo com as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2005 a 2015 a variação de empregos em Pontalina foi de 57,8% e a renda na ordem de 137,7%. Nesse mesmo, período o Estado de Goiás registrou um aumento no emprego de 43,68% e na renda 54,93%. No período de 2005 a 2015,

após a concentração produtiva, o município registrou aumento no emprego na ordem de 109,28% e variação na renda em 74,82%.

O Gráfico 1 demonstra como se deu a evolução do emprego em Pontalina, embora apresente dados somente até 2013.



O Gráfico 1 mostra que a evolução do emprego no município em estudo teve um aumento considerável em 2009, vindo a cair em 2013. A capacitação profissional dos trabalhadores no setor de confecção ocorre no APL com alunos de costura, proporcionando o aprimoramento da mão de obra.

Esse fator é um dos principais elementos de competitividade (PORTER, 2001). As demandas de mão de obra para os níveis técnicos são supridas na região com a contratação de estagiários que, se bem sucedidos nos estágios, tornam-se efetivos.

Já no último período, após a implantação da concentração produtiva, Pontalina (GO) apresentou um salto em relação ao emprego de 2005 para 2009, aumentando o número de pessoas empregadas. Houve uma grande queda em 2014, evoluindo em 2015. Tal fato se deve ao aumento de confecções no município, que antes eram somente de lingerie e hoje se expandiu para outros setores.

Na avaliação de Eisenhardt e Lima (2012), o acesso ao emprego e, conseqüentemente, o aumento da renda podem promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, que não se restringe somente ao desenvolvimento pelo crescimento econômico.

Para complementar as informações referentes ao emprego, que constam na Tabela 3, e esclarecer sua variação, os dados estão de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/2016).

Vale ressaltar que o CAGED (2016) fornece uma apresentação de dados mais refinada em comparação à RAIS, uma vez que é possível visualizar como se deu a movimentação dos empregos no município e no estado no que tange às admissões e às demissões, permitindo compreender se ocorreu a geração de novos postos de trabalho ou se simplesmente foi feita a rotatividade de pessoal.

Tabela 4 – Emprego CAGED - 2000 a 2015 – Pontalina (GO)

Pontalina	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Número total de admitidos	380	395	638	811	671	873	1166	907	859	918	850
Número total de desligados	334	383	519	728	671	994	1155	886	789	898	851
Saldo Total	46	12	119	83	0	-121	11	21	70	20	-1

Fonte: IBGE (2017)

Em relação aos dados apresentados pelo CAGED, considerando as admissões e as demissões, ano a ano, de 2005 até 2015, houve maior saldo nos anos 2010 e 2011 e maior fluxo de contratação de pessoal em 2012 e 2013.

Quanto à questão da renda dos trabalhadores, conforme a Tabela 3 ocorreu uma evolução no que tange ao período posterior à instalação da concentração produtiva no município.

Ainda para fins comparativos, destaca-se também a evolução do salário mínimo brasileiro (Tabela 5), no mesmo período, apresentado na Tabela 4.

Tabela 5 – Valor do salário mínimo oficial em reais – Brasil 2005 a 2015

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
R\$	300,00	350,00	380,00	415,00	465,00	510,00	545,00	622,00	678,00	724,00	788,00

Fonte: adaptada do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região (2016)

No tocante ao salário mínimo brasileiro, a sua variação do ano 2005 para o ano 2015 foi de 167,6%, lembrando que a variação da renda média dos trabalhadores Pontalina, no mesmo período, foi de 67,16%.

O rendimento médio do trabalhador no município está acima do valor do salário mínimo vigente no País. A explicação para tal informação é que as empresas cumprem a convenção coletiva, pagando a seus funcionários o salário da categoria, que é maior que o mínimo brasileiro (Tabela 5).

Esse aspecto difere do que pode ser observado quando se apresenta o Produto Interno Bruto *per capita* no mesmo município (Tabela 6).

Tabela 6 – Produto Interno Bruto *per capita* – R\$ Pontalina

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pontalina	6.656,07	6.158,86	7.606,58	10.076,77	11.358,77	12.187,31	14.159,6	16.819,65	18.942,97	22.935	23.326

Fonte: IBGE (2017)

Se considerado o período de 2005 a 2015, a variação do PIB *per capita* do ano 2005 (R\$ 6.656,07) para o ano de 2015 (R\$ 11.358,77) triplicou. Os dados apontam, claramente, que o desempenho do PIB *per capita* em Pontalina após a implantação da concentração aumentou.

A geração de emprego e renda provocada pela implantação da concentração produtiva trouxe reflexos positivos na melhoria da renda média e na diminuição da pobreza. Dados comprovados pelos gráficos presentes no estudo.

Um fator importante que deve ser levado em conta é a arrecadação do imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, mais conhecido como ICMS, Lei Complementar nº 87/96.

O ICMS indica se ocorreu maior ou menor movimentação de mercadorias e alguns tipos de serviços que estão fora da alçada municipal, conforme a Tabela 7, que esclarece a arrecadação do ICMS (R\$ mil) referente ao comércio atacadista e varejista de Pontalina.

Tabela 7 – Arrecadação de ICMS – R\$ mil – 2005 a 2015 – Pontalina

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pontalina	1.224	1.343	1.717	1.828	2.550	2.582	3.174	3.223	3.242	2.920	4.216

Fonte: IBGE (2017)

Tabela 7 A – Arrecadação de ICMS – comércio varejista e atacadista de Pontalina

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pontalina	60	58	78	99	94	71	151	79	48

Fonte: IBGE (2017)

Tabela 7 B – Arrecadação de ICMS – produção agropecuária

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pontalina	586	506	530	202	392	335	225	288	333

Fonte: IBGE (2017)

A partir dos dados da Tabela 7, referentes à arrecadação de ICMS no ano de 2005 no valor de R\$ 1.224.000,00, e da arrecadação do mesmo imposto no ano de 2015 no valor de R\$ 4.216.000,00, tem-se um incremento de 244,49%. Essa melhoria na arrecadação do ICMS fez com que aumentassem de forma significativa os valores repassados ao município referentes ao Índice de Participação dos Municípios (IPM).

Por outro lado, a Tabela 7 A, que traz os dados a partir de 2007, diz respeito à arrecadação de ICMS do comércio varejista e atacadista, com valores em torno de R\$ mil. A Tabela 7B diz respeito ao ICMS arrecadado na produção agrícola. O município, além de se destacar no setor de confecção, ainda mantém em crescimento a produção de grãos.

Ainda em relação ao IPM, conforme ressalta a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ/GO, 2012), o somatório dos índices municipais de um estado totaliza 100%, portanto, embora um município possa apresentar um significativo crescimento econômico, outros podem apresentar crescimento econômico ainda maior, conquistando parcelas do IPM daqueles que apresentaram desempenho menor.

Em síntese, quanto maior for o crescimento na arrecadação do ICMS em um município, maior será a sua participação na divisão total dos 25% que são divididos entre todos os municípios daquele estado, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – ICMS – valores repassados ao Município – R\$ mil 2005 a 2015

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pontalina	605	776	822	1330	1382	1717	2225	2572	2920	3020	3218

Fonte: SEFAZ -GO (2016)

Os dados apresentados na Tabela 9 apontam que o crescimento dos valores repassados do ICMS/IPM ao município de Pontalina foi de 431,90%, considerando-se o ano de 2005 com R\$ 6055.000,00, e 2015 com R\$ 3.218,00 (valores arredondados).

De acordo com o inciso IV do art. 158 da Constituição federal de 1988, referente ao IPM, cabe aos municípios 25% do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Dessa forma, a observação da variação das receitas e das despesas no município de Pontalina (GO) é importante para indicar se a administração municipal

passou a contar com mais ou com menos capital para cuidar de sua população. Essa variação é retratada nas Tabelas 8 e 9.

Tabela 9 – Receitas Municipais – R\$ mil 2005 a 2015

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pontalina	12451	15233	15233	18893	17636	20689	27824	26442	27972	29882	30023

Fonte: SEFAZ-GO (2016)

Em relação à movimentação das receitas municipais apresentada na Tabela 9, nos últimos seis anos que antecederam a implantação da concentração produtiva houve um acréscimo de 66,16%, de R\$ 12.451.000,00 no ano 2005 para R\$ 20.689.000,00 no ano 2010. A partir de 2005 ocorreu um acréscimo de 45,11%, de R\$ 20.689.000,00, em 2010, para R\$ 30.023.000,00 em 2015.

Diante desse crescimento considerável na arrecadação após a instalação da concentração produtiva observa-se o que informa Vieira e Santos (2012), que consideram fundamental o volume de recursos diversos oriundos do aumento da produção e da produtividade para conseguir o desenvolvimento econômico.

Informam, ainda, que é importante uma divisão mais equitativa de tais recursos, pois só assim se abririam os caminhos para o equilíbrio do desenvolvimento, o que motivaria a melhoria dos indicadores socioeconômicos da população.

As despesas do governo municipal de Pontalina, em comparação com a sua arrecadação, conforme demonstrado na Tabela 10, aumentaram extraordinariamente, mas não está claro se foram feitas no sentido da melhoria dos indicadores socioeconômicos da população local, uma vez que os dados probatórios foram disponibilizados de forma global e não por tipo de despesa ou por dotação orçamentária.

Tabela 10 – Despesas Municipais – R\$ mil 2005 a 2015

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pontalina	12366	13725	15010	17828	18909	19549	26857	27073	27453	28536	29892

Fonte: SEFAZ-GO (2016)

Como demonstram os dados apresentados, as despesas municipais no ano 2015 estão praticamente empatadas com as receitas, havendo um pequeno déficit, mesmo considerando que as receitas tiveram um incremento considerável no período em análise.

Provavelmente vários fatores podem ter contribuído para o aumento das despesas, como alguns investimentos em saneamento básico, asfaltamento de ruas, coleta de lixo, limpeza das ruas etc., que surgiram ao longo do tempo em decorrência da aglomeração das pessoas na cidade, conforme exposto na Tabela 1.

No que se refere à habitação, saúde e indicadores socioeconômicos, outros indicadores poderão ajudar na elucidação de como e por quê as despesas do município de Pontalina aumentaram, colocando em déficit a própria evolução das receitas, conforme observado nas Tabelas 11, 12, 13.

Tabela 11 – Abastecimento de água de Pontalina – 2005 a 2015

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Extensão de redes de água (m)	62.420	62.420	62.420	62.420	62.420	62.420	62.420	62.420	70.580	70580	70.580
Ligação de água (Número)	4.619	4.644	4.817	4.952	5.083	5.247	5.406	5.574	5.870	6.222	6.561

Fonte: IBGE (2017)

Em relação à extensão da rede de abastecimento de água, a Tabela 11 demonstra que houve uma expansão de 2,8% do ano 2005 para 2010 e 13,07% do ano 2005 para 2014, períodos anterior e posterior à implantação da concentração produtiva no município, dado o aumento populacional na cidade.

O número de ligações de água nas residências, entretanto, cresceu apenas 13,59% no período de 2005 a 2010 e 34,70% no período de 2005 a 2015. Não constam dados referentes ao ano 2015.

Tabela 12 – Atendimento de esgoto de Pontalina – 2005 a 2015

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Extensão de redes de esgoto (m)	59.479	59.479	59.479	59.479	59.479	59.479	59.479	59.479	59.479	59.479	59.479
Ligação de esgoto (Número)	2.148	2.136	2.176	2.218	2.268	2.332	2.727	2.806	4.618	5.611	5.786

Fonte: IBGE (2017)

Os dados mostram que nos serviços de esgoto sanitário não houve alteração no período de 2005 a 2015 quanto à extensão da rede, entretanto no número de ligações ocorreu uma variação de 161,21%.

Rodrigues (2013) destaca como ponto positivo o aumento da população beneficiada com a ampliação das redes de água tratada e de esgoto, mas vê com preocupação o fato de o município de Pontalina (GO) não possuir até os dias atuais

sistema de tratamento do esgoto sanitário, o que pode contribuir para a manifestação de algumas doenças.

Tabela 13 – Energia Elétrica – consumidores de Pontalina – 2005 a 2015

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Pontalina	6.531	6.582	6.721	6.801	6.919	7.054	7.212	7.389	7.626	7.973	8.133

Fonte: IBGE (2017)

Verifica-se, portanto, a expansão dos serviços de água potável, de esgotamento sanitário e de energia elétrica para os munícipes da cidade de Pontalina. De acordo com Vieira e Santos (2012), o bem-estar das pessoas não está vinculado essencialmente à posse de bens materiais, mas sim ao acesso a meios que permitam o seu pleno desenvolvimento, particularmente aos relacionados à qualidade de vida.

Minayo, Hartz e Buss (2000) reforçam que a qualidade de vida é uma compreensão particularmente humana, associada ao nível de satisfação percebido na convivência das pessoas, especialmente no seio familiar e na inter-relação social, além das questões ambientais.

A expansão dos serviços de saneamento básico e fornecimento de energia elétrica a mais famílias, na opinião de Carniello e Santos (2011), gera a qualidade de vida, já que, preliminarmente, essa situação está relacionada ao conforto e melhoria no padrão de vida.

Destaca-se o entendimento dos autores acerca de qualidade de vida, que a oferta de melhor padrão de vida leva ao bem-estar ocasionando um estilo de vida mais saudável, de forma que quanto mais pessoas forem atendidas pelos serviços públicos maior será a qualidade de vida da população, conforme relatam Minayo, Hartz e Buss (2000) e Vieira e Santos (2012). Os dados da Tabela 15 apontam que os munícipes de Pontalina (GO) estão recebendo esses serviços.

Tabela 14 – Indicadores de Habitação de Pontalina – 2000 a 2010

Ano	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	92,18	97,15
% da população em domicílios com energia elétrica	98,95	99,16
% da população em domicílios com coleta de lixo*	94,14	99,24

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2016)

*Somente para população urbana

Conforme a Tabela 15, o número de domicílios com água encanada passou de 92,18%, em 2000, para 97,15% em 2010. Quanto à energia elétrica, houve um aumento: passou de 98,95% em 2000 para 99,16% em 2010. A porcentagem de domicílios com coleta de lixo na zona urbana também aumentou: em 2000 era de 94,14% e em 2010 passou para 99,24%.

Para Minayo, Hartz e Buss (2000), a maneira como os bens e serviços são distribuídos dentro do grupo indicam o nível de qualidade de vida da população. No caso apontado na Tabela 17, os serviços de água, energia e coleta de lixo estão quase atingindo 100% da população pontalinense.

Na categoria educacional, a taxa de alfabetização também é um indicador social relevante e está apresentada na Tabela 15, a seguir, que comparou o município de Pontalina com o Estado de Goiás de modo a permitir um parâmetro comparativo para a análise da situação do município em estudo.

Tabela 15 – Taxa de alfabetização de Pontalina – 2000 a 2010

Taxa de Alfabetização (%)	2000	2010
Pontalina	85,4	90,72

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2016)

Pode-se observar, na Tabela 15, que o Estado de Goiás apresentou taxa de alfabetização superior à taxa do município de Pontalina. Nas décadas 2005/2014 o município apresentou uma evolução de 4,32 pontos percentuais frente a 5,32 pontos percentuais do Estado, significando que apresentou melhores resultados, apesar de os valores absolutos serem menores, isto é, 90,72 por outro lado 92,68.

Os resultados positivos da taxa de alfabetização se devem as políticas públicas promovidas pelos programas sociais do governo federal. Nesse sentido, Kerstenetzki (2009) e Bichir (2010) alegam que a redução da pobreza ocorreria pela transferência direta de renda. A eliminação do ciclo intergeracional se daria pelas condicionalidades de educação e saúde, como a obrigatoriedade da frequência das crianças à escola.

Ao lado da autonomia conquistada pelo município, a percepção de que políticas voltadas para o enfrentamento de questões sociais, como educação, saúde, e infraestrutura urbana refletem positivamente na qualidade de vida das pessoas e possibilita maior atuação dos municípios no combate à pobreza; dimensão que até

há pouco tempo revestia-se de preocupação exclusivamente econômica (PROCÓPIO, JUNIOR e AMANCIO, 2009).

Santos e Magalhães (2012) confirmam a necessidade de buscar outras políticas emergenciais e estruturantes para não permitir que os programas sociais voltem a ser assistencialistas. Disso decorre a necessidade de se vincular a transferência direta da renda a algumas condicionalidades.

Para melhor compreender os resultados da Tabela 16, além da vinculação da melhoria da taxa de alfabetização aos programas sociais de transferência direta de renda e suas condicionalidades, faz-se necessário observar as Tabelas 17 e 18, que dizem respeito às matrículas em Pontalina no período de 2005 a 2015 da creche à educação de jovens e adultos.

Na concepção de Panzini *et al* (2007), a qualidade de vida passa também pela questões culturais, das quais os indivíduos fazem parte e tendem a dar prioridade aos aspectos que lhes são relevantes.

Tabela 16 – Matrículas no município de Pontalina – 2005 a 2014

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total de Alunos	4423	4283	3938	3784	3758	3690	3517	3293	3246	3295	3.148
Creche total	87	17	83	148	74	111	95	86	105	111	100
Educação de Jovens e adultos (EJA) total	355	400	284	198	182	187	159	128	75	104	124
Educação Profissional (total)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-Escola (total)	616	261	291	251	293	339	303	300	320	341	307
Ensino Fundamental I (total)	2572	2864	2593	2505	2482	2344	2215	2046	1990	1949	2.087
Ensino Médio (total)	772	732	646	627	687	662	667	618	641	677	571

Fonte: IBGE (2017)

É importante apresentar também os dados do município relacionados à questão educacional com referência ao número de matrículas desde a creche até o ensino médio, como visto na Tabela 16.

Os dados apontam que do ano 2005 até 2015 não existe, ou em nenhum momento foi oferecida a educação profissionalizante, seja ela municipal, estadual ou federal, o que seria preocupante na avaliação de Pessali e Dalto (2010), isso por

que no que se refere ao desenvolvimento econômico tem sido dada muita ênfase ao papel do conhecimento e das inovações tecnológicas.

Não ocorrendo as condições necessárias de formação de mão de obra para atender à concentração produtiva ou mesmo aos organismos públicos da cidade, esse tipo de educação teria que ser buscada em outros municípios.

Conforme demonstra a Tabela 16, o município não oferece cursos técnico profissionalizantes e tampouco formação acadêmica. O que se destaca nesses dados é o número de matrículas no ensino fundamental e no ensino médio.

A educação no município de Pontalina (GO), em relação ao número de estabelecimentos de ensino e quantidade de salas de aula, não apresentou alteração em função da instalação da concentração produtiva e/ou movimentação da população, conforme se observa na Tabela 17.

Tabela 17 – Estabelecimentos de ensino e salas de aula em Pontalina – 2005 a 2015

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Estabelecimento de Ensino	16	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
Salas de Aula	112	109	112	116	121	122	118	118	118	108	115

Fonte: IBGE (2017)

Em observação informal verificou-se que os habitantes que têm condição financeira elevada encaminham seus filhos para estudar em Goiânia, capital do estado, e, em outros casos, em cidades mais próximas, como Goiatuba e Morrinhos, que contam com ensino superior.

Os dados evidenciados no censo populacional, de acordo com a Tabela 20, apontam que a população com faixa etária entre 0 e 29 anos diminuiu, enquanto que a dos 30 anos até 80 anos, ou mais, aumentou. Isso considerando os dados dos dois últimos censos, com maior ênfase na faixa dos 40 aos 49 anos

Os dados das Tabelas 1 e 2 apontam um pequeno aumento populacional e, conseqüentemente, do número de habitações urbanas. Esses dados não são tão significativos para se afirmar que toda a mão de obra utilizada na concentração produtiva foi importada de outras localidades.

Não obstante essa variação populacional, mesmo que não muito representativa na área da saúde ((3,854%), Pontalina mantém, desde o ano 2005, apenas duas unidades hospitalares e o mesmo número de leitos, conforme aponta a Tabela 21 referente à categoria habitacional, saúde e qualidade de vida.

Tabela 18 – Estabelecimentos e leitos hospitalares em Pontalina – 2005 a 2015

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Estabelecimentos hospitalares	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Leitos Hospitalares	52	52	52	52	52	52	52	52	52	51	51

Fonte: IBGE (2016)

De acordo com os objetivos do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (PNUD, 2013), a mortalidade infantil no Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Para fins comparativos, em 2010 as taxas de mortalidade infantil do estado de Goiás e do Brasil foram de 14,0 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

O município de Pontalina, que em 2010 apresentou a taxa de mortalidade infantil de 13,3 por mil nascidos vivos, como a Estado (14,0) e do Brasil (16,7), já cumpriu, portanto, a meta projetada pela ONU.

O atingimento dessa meta pode ser explicado pelas condicionalidades dos programas sociais do governo federal, como o Programa Bolsa Família, que prevê a atenção aos cuidados básicos de saúde, como a participação em campanhas de orientação nutricional e preventivas de saúde, com a atenção voltada para as crianças pequenas e para as mulheres gestantes, conforme ressaltam Bichir (2010) e Kerstenetzki (2009).

Como forma de compreender a melhoria desse indicador e trabalhando os resultados na categoria habitacional, saúde e qualidade de vida, a Tabela 22 demonstra a evolução da longevidade, da mortalidade e da fecundidade no município de Pontalina (GO).

Tabela 19 – Longevidade, mortalidade e fecundidade em Pontalina – 2000 a 2010

Indicadores	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	71,1	75,1
Mortalidade até um ano de idade (por mil/nascidos vivos)	23,2	13,1
Mortalidade até cinco anos de idade (por mil/nascidos vivos)	27,3	15,4
Taxa de Fecundidade total (filhos por mulher)	2,2	2,1

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2016)

Esses dados apontam que a esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para encontrar a dimensão longevidade do Índice de Desenvolvimento

Humano Municipal (IDHM), como delineado por Siedenberg (2003). No município de Pontalina a esperança de vida ao nascer passou de 71,1 anos em 2000 para 75,1 anos em 2010, com acréscimo de 3,9 anos.

Por outro lado, a taxa de fecundidade total (filhos por mulher) caiu de 2,2 em 2000 para 2,1 em 2010. De acordo com Gonçalves e Vilarta (2004), a baixa da taxa de natalidade tem provocado mudanças no perfil populacional em muitos países e aumentando o número de pessoas idosas.

Observada ainda a categoria habitacional, saúde e qualidade de vida, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Pontalina, também foi feita a comparação com o Estado de Goiás, separando, inclusive, os três componentes desse índice: IDHM – Educação; IDHM – Longevidade; e IDHM – Renda.

Se comparado ao Estado, Pontalina aponta um crescimento maior em relação ao período decenal do censo realizado. A esperança de vida em nascer no município é maior que a do Estado, bem como a fecundidade. A Tabela 19 demonstra essa comparação a partir de dados.

Tabela 19A – Longevidade, mortalidade e fecundidade em Goiás – 2000 a 2010

Indicadores	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	71,4	74,6
Mortalidade até um ano de idade (por mil/nascidos vivos)	24,4	14,0
Mortalidade até cinco anos de idade (por mil/nascidos vivos)	28,2	16,3
Taxa de Fecundidade total (filhos por mulher)	2,2	1,9

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2016)

Lourenço e Romero (2002), assim como Siedenberg (2003), informam que o componente IDH-Longevidade é calculado a partir da esperança de vida ao nascer. No que se refere ao IDH-Educação, é dado pelo nível educacional calculado pela combinação entre a alfabetização adulta, que representa 2/3 do peso da medida, e a taxa de escolaridade ajustada do primário, secundário e superior, que representa 1/3 da ponderação.

Tabela 20 – IDH – 2000 a 2010 –Pontalina

Indicadores	IDHM	IDHM – Educação	IDHM longevidade	IDHM Renda
Pontalina/2000	0,626	0,429	0,779	0,735
Pontalina 2010	0,687	0,547	0,835	0,710

Fonte: PNUD (2016)

Na classificação da FIRJAN (2016), ao estabelecer o *ranking* do IFDM para os municípios, o de Pontalina ficou posicionado no 50º lugar entre os 246 municípios goianos, enquanto que no ano 2013 estava no 121º lugar, caindo de posição no estado. No *ranking* nacional, no ano 2005 o município ocupava a 1462ª posição, enquanto que em 2013 passou a posicionar-se em 2.103º lugar, também decaindo em posições.

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) alegam que a concepção de bem-estar tem apresentado um significado com várias dimensões, dentre as quais o padrão de vida, saúde, educação, acesso ao trabalho e meio ambiente.

Em Pontalina algumas dessas dimensões apresentaram melhorias significativas após a implantação da concentração produtiva, a partir do ano de 2007. Conclui-se que a instalação de uma concentração produtiva pode trazer, também, benefícios para a população.

Em se tratando do município objeto de estudo, os benefícios foram o incremento do número de empresas e a quantidade total de pessoal ocupado assalariado, isto é, pessoas empregadas que recebem salário como forma de remuneração, e também não-assalariadas, proprietários que auferem renda pela retirada *pró-labore* ou por intermédio dos resultados de negócios (lucro).

A Tabela 20 apresenta os resultados classificados na categoria das externalidades, mas que também dizem respeito à unidade de avaliação emprego, renda e distribuição da riqueza.

Tabela 21 – Número de empresas, pessoal ocupado, pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e número de empresas atuantes de Pontalina em 2006 a 2013

	Nº de Empresas	Pessoal Ocupado Total	Pessoal ocupado assalariado	Salário Médio Mensal	Salario e outras remunerações
2006	318	1637	1250	1,8	9.696
2007	374	1.991	1.543	1,8	12.868
2008	371	2.093	1.659	1,8	15.621
2009	408	2.140	1.706	1,9	18.392
2010	443	2.327	1.854	1,7	19.789
2011	449	2.386	1.945	1,7	23.687
2012	466	2.370	1.908	1,6	21.157
2013	493	2.472	2.101	1,7	31.508
2014	502	2.667	2.305	1,5	31.508
2015	490	2.320	2.450	1,6	30.250

Fonte: IBGE (2016)

Após a instalação da concentração produtiva em Pontalina (GO), a partir de 2007 houve um incremento no número de empresas no município, especialmente nos anos 2009 e 2013. Não existem dados disponíveis para consulta pública referentes aos anos de 2014 e 2015.

Ocorreu o aumento da quantidade de empresas nos anos 2009 a 2013, e não houve diminuição do pessoal ocupado total e nem do pessoal assalariado. Do ano de 2009 até 2013 o crescimento foi constante, decaindo em 2015. Os dados de 2015 não foram disponibilizados para consulta pública pelo IBGE.

Os empregos gerados, como uma reação em cadeia, produziram mais pessoas com renda, e mais pessoas com renda ocasionaram maior consumo, o maior consumo produziu o recolhimento de mais impostos, mais impostos recolhidos geraram mais receitas para o município, e essas receitas produziram mais verbas para serem empregadas nos programas sociais da prefeitura.

Apesar da ausência de dados de alguns períodos, de maneira a proporcionar uma comparação de todo o período em estudo, ainda assim é possível perceber que ocorreu crescimento e desenvolvimento, considerado que a região era destinada à agropecuária, que se mantém atuante. O crescimento do setor de confecção ocasionou o aumento de emprego e, conseqüentemente, aumento da renda da população pontalinense.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou analisar o município de Pontalina (GO) nos aspectos que demonstram a sua evolução econômica no período de 2005 a 2015, observando ainda a melhoria do bem-estar da comunidade Pontalinense.

Ao considerar a distinção entre desenvolvimento e crescimento foram analisados alguns indicadores que retratam a qualidade de vida daquela população, para verificar se houve apenas crescimento ou, de fato, desenvolvimento.

O objetivo geral desta pesquisa era investigar se os reflexos do surgimento da aglomeração produtiva de pequenas empresas em Pontalina, sul do estado de Goiás, apontaram um impulso socioeconômico e desenvolvimento local, concluindo, a partir da comparação das condições econômico-sociais anteriores à implantação da aglomeração produtiva e posteriormente a ela, e do aparecimento e desenvolvimento no setor de confecção, embora a agricultura ainda tenha papel relevante no município.

Após a análise dos dados coletados é possível alcançar as seguintes conclusões, que respondem aos objetivos estabelecidos no trabalho:

- O número de empresas e a sua origem compõem a aglomeração produtiva do setor de confecção de roupas íntimas. A matéria-prima utilizada é similar entre as empresas do mesmo setor. A infraestrutura logística é favorável e fator positivo para a competitividade da aglomeração. Outro fator relevante é quanto à qualidade, já que é preciso buscar melhoria tanto de gestão quanto de processos e produtos para evitar perdas na produção e redução na produtividade, consequentemente diminuindo a competitividade das empresas individual e coletivamente.
- O capital humano nas empresas visa absorver novas técnicas que melhorariam os processos administrativos e produtivos, refletindo diretamente na qualidade da produção. Os cursos oferecidos pelo APL do município agem de forma direta para proporcionar melhoria na qualidade da mão de obra, uma vez que são oferecidos cursos de corte e costura. Essa qualificação poderia ser aperfeiçoada pelos equipamentos destinados ao município pelo governo federal que encontram-se em um galpão, sem qualquer funcionalidade diante da complexidade de manuseio.

- Quanto aos indicadores socioeconômicos, houve melhora no bem-estar da população, porém para que isso fosse significativo seria necessária a elaboração de medidas e estratégias de ações públicas para o fortalecimento empresarial da cidade, o que elevaria a renda e o emprego. Quanto à saúde e educação, verifica-se que encontram-se estagnadas. É necessário que os governos federal e municipal definam diretrizes e busquem soluções direcionadas ao desenvolvimento desses setores.
- A aglomeração produtiva situada em Pontalina encontra-se em estágio embrionário, não podendo ser definida como: a) **distrito industrial** (Frigerio, 2006). Para tanto, deveria exportar mais de 50% de toda a sua produção. Não se trata também de um b) **cluster industrial** (Porter, 1998), que é uma concentração geográfica de empresas e instituições interconectadas num campo particular, envolvendo fornecedores, maquinaria, equipamentos, serviços e infraestrutura. É, ainda, uma massa crítica de informações, qualificações, relacionamentos e infraestrutura em dado setor. As empresas e instituições participantes são ligadas por relações comerciais, de clientes e sociedades. Como essa ligação e a cooperação entre as empresas ainda são incipientes no setor, a definição dada pelos autores não se adequa à situação de aglomeração. Não se trata, também, de um c) **sistema de inovação**, pois segundo Lastres *et al.* (2003), o conceito principal a partir do qual se propõe caracterizar arranjos e sistemas produtivos locais é o de um conjunto de instituições distintas que conjuntamente e individualmente contribuem para o desenvolvimento e difusão de tecnologias. Essa difusão tecnológica ainda não ocorre na aglomeração objeto de estudo, portanto, a definição de sistema é adequada. Quanto a um d) arranjo produtivo local (**APL**), Castro (2009) compreende que se trata de um recorte do espaço geográfico, parte de um município ou um conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, que apresente sinais de identidade coletiva - sinais sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, históricos, etc. – que mantenha ou tenha capacidade de promover a convergência em termos de expectativas de desenvolvimento; estabeleça parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território e promova e seja passível de uma integração econômica e social no âmbito local.

Assim, apesar do conceito dado à aglomeração produtiva do setor estudado, é importante que esteja claro que o sucesso da aglomeração estará pautado na iniciativa privada, no trabalho conjunto dos empresários do setor.

Verificada a melhoria no aspecto econômico, ocasionado pelo aumento das receitas em razão da aglomeração das pequenas e novas empresas, bem como da geração de novos empregos, houve a evolução no aspecto social no que diz respeito direto à valorização da vida das pessoas, como a redução da mortalidade infantil, a diminuição da população vulnerável à pobreza, a queda na concentração da renda apontada pelo Índice de Gini, dentre outras apresentadas no decorrer deste estudo.

Os indicadores levantados nesta pesquisa descritiva apontam a existência de um APL no setor de confecção de lingerie em estágio embrionário. Esse sistema produtivo local aumentou o emprego e contribuiu para o crescimento econômico local. O amadurecimento e evolução do APL dependem de como as ações serão desenvolvidas, da forma cooperativa e compartilhada, com iniciativa do setor privado.

A partir das melhorias apontadas observa-se que quanto à longevidade, considerando a expectativa de vida ao nascer, a população local ganhou cerca de cinco anos.

Outro ponto importante foi a taxa de alfabetização, que apesar de estar em número inferior aos apresentados do Estado de Goiás em valores totais, proporcionalmente o município de Pontalina obteve bons resultados se comparado a outros municípios.

Além da geração de emprego e renda, ocasionada pela instalação do APL, deve-se realçar a importância dos programas sociais que conseguiram tirar as famílias da pobreza, atenuando a situação daquelas muito pobres. Conclui-se, então, que os indicadores de desenvolvimento apontam a melhoria das condições econômicas e sociais após a implantação da aglomeração produtiva de pequenas empresas em Pontalina (GO).

Outro fator analisado foi a falta de planejamento por parte dos gestores públicos municipais quando da instalação de pequenas empresas que formaram a aglomeração produtiva, o que impediu que o município pudesse aproveitar melhor as suas potencialidades e, assim, promover o desenvolvimento sustentável, dando atenção às dimensões econômica e social.

Para novos projetos ou melhoria do atual devem ser observadas as pesquisas ligadas ao planejamento e desenvolvimento regional, como forma de tentar eliminar as falhas e aperfeiçoar as ações que busquem pleno desenvolvimento.

Com este estudo pode-se verificar que o APL embrionário demonstra baixa interação entre as empresas, não possibilitando transbordamentos tecnológicos relevantes para o crescimento da aglomeração e fundamentais para o aumento da capacidade inovadora, sem a qual a aglomeração perde consideravelmente sua competitividade frente a outros concorrentes, dificultando assim o seu progresso.

Diante disso, foi apresentada uma proposta a fim aumentar o nível de competitividade da aglomeração, que já tem fatores positivos que residem na logística. Por outro lado, também foi proposto o compartilhamento futuro, essencial para um arranjo produtivo local, além de políticas de apoio. Os demais fatores, capital humano, inovação tecnológica, governança, qualidade e produtividade ainda não estão em nível de grande competitividade.

Enfim, para pesquisas futuras, seria conveniente estudar outros municípios com fenômeno semelhante, além de pesquisar também se haveria variação nos resultados aqui obtidos caso se alterasse o segmento industrial.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. Avaliação de Impactos das Condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, nº. 3, 2013.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de Pós-Graduação: noções práticas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE PONTALINA - ACIAP. <http://www.aciappontalina.com.br/site/pontalina/acesso> em agosto:2017.

BICHIR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os atuais desafios dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos**, nº 87, julho, 2010.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. In: Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. São Paulo: Relume Dumará, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento Regional**. São Paulo, Atlas, 2000.

, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DIAS JUNIOR, Claudelino Martins; MOREIRA, Bruno César de Melo. Proposta de caracterização de apIs (arranjos produtivos locais) a partir do uso de indicadores de desempenho relacionados à interação e aprendizagem. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 2, 2013.

ENRICO, Callegati; GRANDI, Silvia. **Cluster Dynamics and Innovation in SMEs: The role of culture**. International Centre for Research and the Economics of Culture, Institutions, and Creativity (EBLA). Dipartimento di Economias. Cognetti de Martis. Università di Torino. Working paper nº 03, 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **IFDM Consulta ao índice**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=GO&IdCidade=520390&Indicador=1&Ano=2000>>. Acesso em: 13/ago./2017.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1983.

GARCIA, R. C.. Vantagens competitivas de empresas em aglomerações industriais: um estudo aplicado à indústria brasileira de calçados e sua inserção nas cadeias

produtivas locais. 2001 (Tese de Doutorado), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

GREMAUD, A.P. **Economia Brasileira Contemporânea**: para Cursos de Economia e Administração, São Paulo, Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35 n. 3, p. 20 a 29, mai/jun 1995.

GONÇALVES, Rafael. CASTRO, Anderson. CATAPAN, Anderson. CATAPAN, Dariane. Uma discussão da sustentabilidade e inovação como variáveis para o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 16-27, jan./jun. 2016. ISSN 2525-8761

IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Concla/IBGE, acesso em agosto de 2017.

KRUGMAN, P., What's new about the new economic geography? *Oxford Review of Economic Policy* 14 (2, Summer), 1991.

JAGUARIBE, H. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, o mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, vol. 36, n. 1, pp. 51-72, jan./fev. 2002.

JORNAL O POPULAR. <http://www.opopular.com.br/editorias/economia/pontalina-faz-moda-para-o-brasil-e-para-o-externo-1.196072>. Acesso em agosto 2017.

LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.cronologia.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1289323549.pdf> Acesso em: 14 agosto. 2015.

LOURENÇO, G. M.; ROMERO, M. Indicadores econômicos: economia empresarial. In: **Coleção Gestão Empresarial**. Curitiba: FAZ Gazeta do Povo, 2002.

KLUGMAN, Jeni et al. *The real wealth of nations: pathways to human development*. Nova York: UNDP, 2010

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. Tradução de Rômulo Almeida e OttolmyStrauch. vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MORICOCCHI, Luiz. GONÇALVES, José Sidnei. **TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SCHUMPETER: UMA REVISÃO CRÍTICA.** *Rev. FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

NORONHA, E.G., &Turchi, L..**Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjo produtivo local** (Texto para Discussão, n. 1076). Brasília, DF: IPEA(2005).

PAGANI, Regina N.; *et al.* Móveis de metal e sistemas de armazenagem e logística: uma análise prévia do setor para a estruturação do APL da Região dos Campos Gerais, PR. XXVI ENEGEP. **Anais.** Fortaleza. Brasil. Outubro de 2006.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior. Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. 26. Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

_____. **A vantagem competitiva das nações** Rio de Janeiro: Campus, 1995.

_____. **Clusters and the new economics competition.** Harvard Business Review. V.76, nº6, 1998.

_____. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais** (On Competition). Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013:** perfil do município de Buriti Alegre, GO. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 02/jul./2015.

SANTOS, C. R. B.; MAGALHÃES, R. Pobreza e política social: a implantação de programas complementares do Programa Bolsa Família. **Ciências & Saúde Coletiva**, 17(5): 1215-1224, 2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DE GOIÁS. Acesso em 21 de janeiro de 16.>.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia de Bolso, 2010.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCHMITZ, Hubert. **Eficiência Coletiva:** caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. Ensaio FEE. Porto Alegre, v.18, n.2, pp.164-200, 1997.

SOLIGO, Valdecir. INDICADORES: CONCEITO E COMPLEXIDADE DO MENSURAR EM ESTUDOS DE FENÔMENOS SOCIAIS. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 52, pp. 12-25, mai./ago. 2012.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R. & SAMPAIO, S. **Aglomerções Industriais no Estado de São Paulo**. Belo Horizonte, 2001: UFMG/ Centro de Desenvolvimento Regional.

PASSOS, Carlos Roberto Martins e NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira, 2001.

PEREIRA, José Alcione. NETO, Mário Sacomano. MATUI, Paulo Cesar. CONHECIMENTO E INTERAÇÃO EM REDES: ESTUDO NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE BONÉS DE APUCARANA. **Revista G&DR** • v. 12, n. 3, pp. 153-177, set-dez/2016, Taubaté, SP, Brasil.

TAVARES, B.; ANTONIALLI, L. M.; SANTOS, M. I. P. Influência das características das aglomerações sobre a geração de externalidades para as empresas. *In: RIAE – Revista Ibero-Americana de Estratégia*. São Paulo. v. 9. n. 2. pp. 114-140. mai.-ago./2010.

TAVARES, Wellington; CASTRO, Cleber Carvalho de. Benefícios competitivos advindos do desenvolvimento de uma aglomeração produtiva: o caso do setor têxtil na microrregião de Campo Belo (MG). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 1, 2014.

VAZ, J. P. **Desigualdade social e produtividade social no Brasil de 1960 – 2000**. 2005 (Tese de Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo- USP, São Paulo. 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis-br.php>>. Acesso em: 05 dez 2015.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. *In: Revista G&DR*. Taubaté. v. 8. n. 2. pp. 344-369. mai.-ago./2012.

ZAMBRANA, Aline de Aragão, TEIXEIRA, Rivanda Meira Teixeira. RELAÇÕES ENTRE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES LOCAIS EM APLS SERGIPANOS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS AGENTES ECONÔMICOS • **G&DR** • v. 13, n. 1, p. 284-315, jan-abr/2017, Taubaté, SP, Brasil.

ANEXO A – Placa de Inauguração do APL de Pontalina (GO)



ANEXO B – Instalações do APL - parte de frente











ANEXO C – Alunos do curso de Corte e Costura do APL - PONTALINA





ANEXO D- Máquinas doada pelo Estado





